

# **O MOVIMENTO PRÓ-DEMOCRACIA INDONÉSIO E A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL: SUA IMPORTÂNCIA PARA A AUTODETERMINAÇÃO DE TIMOR LESTE**

---

*António Barbedo Magalhães \**

## **1. INICIALMENTE O GOVERNO INDONÉSIO PARECIA ENCARAR COM SIMPATIA UMA POSSÍVEL INDEPENDÊNCIA DE TIMOR LESTE, APESAR DE HAVER ALGUMAS VOZES EM CONTRÁRIO**

Em 1957, no decurso da 12.<sup>a</sup> sessão da Assembleia Geral da ONU, o representante da Indonésia declarava que

«A Indonésia não reivindica quaisquer territórios que não tenham sido parte dos Índias Orientais holandesas. Ninguém deve insinuar o contrário ou avançar teorias perigosas a este respeito.» (Citado por Ramos Horta, 1994.)

Três anos depois, em 1960, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Dr. Subandrio, dizia, perante a 15.<sup>a</sup> sessão plenária da Assembleia Geral da ONU:

«(...) declaramos o direito do povo indonésio a exercer a soberania e independência sobre todos os territórios originariamente abrangidos pelas Índias Orientais holandesas. Não reivindicamos outros territórios, como em Bornéu e Timor, que se encontram dentro do arquipélago indonésio, mas que não fizeram parte das Índias Orientais Holandesas.»

A própria visita que, em finais da década de 50, o Presidente Sukarno fez a Lisboa serviu para confirmar esta política de respeito pelas fronteiras estabelecidas nos tempos coloniais.

---

\* Prof. Catedrático da FEUP; Prof. de História Contemporânea de Timor Leste e da Indonésia no Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Membro da Comissão Instaladora do Instituto de Estudos e Cooperação com Timor-Leste; Ex-Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

Mesmo em 1974, já depois de a Revolução dos Cravos ter derrubado a ditadura de Salazar e Caetano em Portugal e aberto as portas à autodeterminação das colónias portuguesas, incluindo o então chamado Timor Português, a posição oficial da Indonésia continuava a ser a mesma. A prová-lo está a carta que, depois de duas reuniões com um dos líderes da ASDT (Associação Social-Democrata Timorense), Dr. José Ramos Horta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, lhe dirigiu em 17 de Junho de 1974. Nesta carta o ministro indonésio afirmava (Barbedo de Magalhães, 1999):

«A independência é um direito de todas as nações, sem excepção para o povo de Timor.

«Quer o Governo quer o povo da Indonésia, não têm intenção de aumentar ou expandir o seu território, ou de ocupar territórios para além dos que já estão estipulados na sua Constituição. Esta reiteração é para lhe dar uma ideia clara para que não restem dúvidas ao povo de Timor ao expressar os seus próprios desejos.

«Por esta razão, seja quem for que governe em Timor depois da independência, pode estar seguro de que o Governo da Indonésia se empenhará em manter boas relações, amizade e cooperação para benefício dos dois países.»

Esta posição do Ministro Adam Malik era perfeitamente consentânea com a cultura anti-colonialista que enformava a elite indonésia. Esta tendia a olhar com desdém e até com ódio o colonialismo português, como dizia, em 1961, Ruslan Abulganí, Vice-Presidente do Supremo Conselho Consultivo criado por Sukarno que dizia que os *«olhos e corações (da Indonésia) estão voltados para Timor Português... enchamos os corações com ódio não apenas ao colonialismo português mas a todos os colonialismos ainda existentes no solo asiático ou africano.»* (Taylor, 1993.)

Como dizia, em 1963, o General Mokoginta:

«Se o povo de Timor Leste hoje ou amanhã começar uma revolução (...) apoiá-lo-emos (...). Depois da independência, se quiserem continuar independentes, muito bem, mas se quiserem juntar-se à Indonésia falaremos sobre isso.»

O Prof. Ben Anderson (Carey, 1995), está convencido, como afirma no texto publicado no livro *«East Timor at the Crossroads. The Forging of a Nation»*, de que *«se o regime de Caetano, em Lisboa, tivesse caído dois ou três anos antes, é muito menos provável que a intervenção indonésia tivesse tido lugar»*.

É certo que o que levou Ramos Horta a Jakarta foram as palavras que no Parlamento indonésio o seu Presidente, John Naro, pronunciara cinco dias antes. Com efeito, em 12 de Junho este dizia que a Indonésia devia *«implementar uma política especial no Timor Português, para que, no final, aquela área voltasse novamente ao controlo da Indonésia.»* (Taylor, 1993).

O próprio John Naro recebeu Ramos Horta e mostrou-se conciliador, enfatizando o seu respeito pelo direito do povo de Timor Leste de escolher o seu

futuro. Mas a criação, em Díli, quinze dias antes, do partido pró-integração, APODETI, que incluía membros de uma rede de informadores timorenses dos serviços secretos indonésios, mostrava que estes últimos começavam já a preparar a anexação.

As razões para isso prendem-se com a situação interna, na Indonésia, por um lado, e com a situação internacional, em 1974 e 1975, por outro, como veremos em seguida.

## **2. A SITUAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL, NOMEADAMENTE A DERROTA AMERICANA NO VIETNAME, TEVE ENORME INFLUÊNCIA NA DECISÃO DE ANEXAR TIMOR**

Os governantes americanos sempre manifestaram, publicamente, que Timor Leste não era assunto que os interessasse, e sempre tentaram afastar quaisquer responsabilidades na invasão e ocupação de Timor «pela Indonésia».

Nesta ordem de ideias, vinte anos depois da invasão, quando, em 11 de Julho de 1995, fazia a apresentação pública do seu livro «Diplomacia», o ex-Secretário de Estado, Henry Kissinger, ainda afirmava, respondendo a uma pergunta do jovem timorense Constâncio Pinto, refugiado nos Estados Unidos, que aquando da visita que fez a Jacarta, com o Presidente Gerald Ford, em 5 e 6 de Dezembro de 1975, o assunto nem sequer tinha sido ventilado.

Para azar do ex-ministro americano, estava então presente também o jornalista Allan Nairn, que tinha tido acesso a uma parte da acta das reuniões dos presidentes indonésio e americano (com a participação de Kissinger) nesses dias imediatamente anteriores ao desembarque indonésio em Díli, isto é, escassas horas antes da invasão indonésia começar (na madrugada de 7 de Dezembro de 1975).

Sentindo-se desmascarado, o diplomata que marcou a política americana e mundial durante muitos anos, não foi capaz de negar as informações do jornalista, e, confuso, concluiu que *«este tipo de comentários é uma das razões pelas quais se tornou quase impossível conduzir a política externa, nestas circunstâncias»*.

Se alguém tivesse dúvidas sobre o papel dos EUA na invasão e anexação de Timor Leste pela Indonésia, bastaria ler a autobiografia do então embaixador dos Estados Unidos na ONU, Daniel Patrick Moynihan. É ele próprio que escreve:

«Os Estados Unidos desejavam que as coisas acontecessem como aconteceram (...) em Timor-Leste e trabalharam para que assim sucedesse. O Departamento de Estado desejava que as Nações Unidas demonstrassem a sua completa ineficácia nas medidas a tomar. Essa missão foi-me atribuída e eu cumpri-a com considerável sucesso». (D. Moynihan, *A Dangerous Place*, 1978, p. 247, citado por Barbedo de Magalhães, 1997.)

A preocupação do governo americano, em geral, e de Kissinger, em particular, foi a de que a opinião pública americana e internacional não se apercebesse do envolvimento americano na invasão e da utilização ilegal de armamento fornecido pelos EUA às forças armadas indonésias.

Daí as instruções dadas à Embaixada americana em Jacarta para reduzir ao mínimo as informações sobre o ainda «Timor Português».

Curioso é notar que o mesmo Ramos Horta que o ministro Adam Malik recebeu e a quem entregou em mão, em Jacarta, a carta que atrás citámos, ao pedir, na mesma altura, para ser recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, recebeu, como resposta, uma total recusa. Ao contrário do ministro indonésio, o ministro australiano não deu quaisquer garantias de que o seu governo viesse a apoiar a autodeterminação do povo da colónia portuguesa de Timor.

Em vez disso, na primeira reunião que o Primeiro-Ministro australiano, Gough Whitlam, teve com o general Suharto depois da queda da ditadura em Portugal, realizada em Wonosobo, Indonésia, de 6 a 8 de Setembro de 1974, o governante australiano manifestou o seu apoio à anexação de Timor pela Indonésia. As suas declarações à imprensa, no fim do encontro com o Presidente da Indonésia diziam que a Austrália considerava que essa seria a melhor solução para os timorenses e para a região.

Este conselho dado pelo mais próximo aliado americano na região ao governo indonésio, foi determinante para a evolução futura do processo.

A reunião de Wonosobo teve lugar dias antes de a Associação Social Democrática Timorense (ASDT) se transformar, em 11 de Setembro de 1974, na FRETI-LIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente). A decisão primeira que abriu caminho a todo o processo de anexação da metade oriental de Timor é, pois, anterior à viragem «revolucionária» no território. Ela é, também, anterior à queda do general Spínola da Presidência da República (que ocorreu em 28 de Setembro de 1974) e muito anterior ao movimento de 11 de Março de 1975 que correspondeu a uma viragem à esquerda, com um significativo aumento do poder do Partido Comunista, no governo de Portugal.

Tudo indica que as razões geo-estratégicas foram as determinantes principais do processo. O petróleo do mar de Timor pesou, também, na posição do governo australiano. Veremos depois que a situação interna na Indonésia também terá tido a sua importância. No fim da lista, mas também com influência no desenlace final, terão estado os erros cometidos por líderes políticos timorenses e por autoridades portuguesas.

Muitos historiadores consideram, hoje, que 1975 foi o ano em que o poder comunista no mundo atingiu o seu máximo (Carey, 1995).

O programa armamentista soviético do Presidente Brezhnev parecia ter criado uma paridade com o poder militar dos Estados Unidos. Os americanos fugiam, derrotados, do Vietname, e a União Soviética ainda não tinha tomado a

desastrosa decisão de invadir o Afeganistão. A crise económica russa (em grande parte resultante da corrida aos armamentos) ainda quase não se tinha feito sentir.

Na China Mao Tse-Tung e Chou En-Lai continuavam a governar com firmeza e o seu prestígio mantinha-se quase intacto. Apesar da aproximação entre os EUA e a China continental, iniciada em 1972, os dois Estados ainda não tinham estabelecido relações diplomáticas normais e a República Popular da China ainda não tinha entrado nas Nações Unidas.

Na Etiópia, em Angola e em Moçambique estabeleceram-se regimes marxistas. Em Portugal o Partido Comunista tornava-se dominante, desde 11 de Março de 1975, e alguns políticos internacionais temiam que Portugal e outros países do sul de Europa se tornassem comunistas.

Os acontecimentos na Indochina, e nomeadamente a queda do regime pró-americano de Lon Nol, no Camboja, em 17 de Abril de 1975, com a correspondente chegada ao poder dos Kmers Vermelhos, a tomada do poder pelos comunistas do Pathet Lao, acompanhada da expulsão dos «conselheiros» americanos no Laos, no mesmo mês e, sobretudo, a queda de Saigão nas mãos dos comunistas vietnamitas, em 30 de Abril de 1975, deixaram o Ocidente em pânico.

As imagens da fuga apressada da Embaixada americana no Vietname do Sul, amplamente divulgadas pela comunicação social de todo o mundo, eram o símbolo da derrota ocidental perante um avanço comunista que, na altura, parecia imparável.

Neste contexto geopolítico que os geoestrategos mundiais analisavam no quadro da «teoria do dominó», segundo a qual a queda de uma peça arrastaria a da seguinte, e assim sucessivamente, a Indonésia aparecia como o principal baluarte susceptível de travar o avanço do comunismo internacional no sudeste asiático e de defender, assim, o «mundo livre».

Acresce que, contrariando as leis do direito internacional, o governo de Washington tinha feito um acordo secreto com Suharto que permitia que os submarinos nucleares americanos passassem pelas águas indonésias, entre o Índico e o Pacífico, sem vir à superfície. No auge da guerra fria essa vantagem, de passarem sem serem detectados pelos satélites soviéticos, era de interesse estratégico para os EUA.

Nestas circunstâncias, o receio de que um Timor Leste independente se tornasse uma nova Cuba, no sudeste asiático, tomou corpo na mente de muitos políticos.

### **3. AS PRIMEIRAS CLIVAGENS NO EXÉRCITO E AS DIFICULDADES INTERNAS DA INDONÉSIA TORNARAM SUHARTO MAIS SENSÍVEL ÀS PROPOSTAS DOS FALCÕES DO REGIME**

De 1965 até 1974 o general Suharto governou a Indonésia em grande sintonia e com um apoio quase unânime do exército.

Em 1974 essa unanimidade foi quebrada e Suharto enfrentou as primeiras grandes dificuldades políticas internas.

Depois de alguns meses de contestação estudantil à corrupção e à repressão do regime, em Janeiro de 1974 (três meses antes da queda da ditadura em Portugal) estalou o chamado «Malari Affair» (abreviatura de *Malapetaka Januari*, o Desastre de Janeiro) (Ricklefs, 1993) Aquando da visita de Estado do Primeiro-Ministro Tanaka, do Japão, a Jacarta, deu-se uma erupção de greves, manifestações e desordens que provocaram a destruição de cerca de 150 edifícios e centenas de feridos. Os alvos visados eram empresas japonesas ou relacionados com interesses japoneses.

Aparentemente alguns dirigentes político-militares próximos de Suharto estariam por trás dessas manifestações, motivo pelo qual o Comando Operacional para a Restauração da Segurança e da Ordem (Kopkantib) demorou dias a reagir às manifestações, mesmo quando o Palácio de Suharto e a residência onde estava hospedado o Primeiro-Ministro japonês foram cercadas por manifestantes. O mais proeminente instigador das manifestações seria o general Sumitro, chefe do Kopkantib, o Comando para a Segurança Interna. Outro era o general Sutopo Yuwono, Chefe do Bakin, os serviços secretos do Estado (State Intelligence Co-ordinating Agency). Aparentemente o general Sumitro queria criar dificuldades às relações entre Suharto e o Japão, de longe o principal investidor na Indonésia, e, com isso, fazê-lo cair do poder para o substituir como presidente.

O general Ali Murtopo, vice-chefe do Bakin, e comandante informal das Operações Especiais (OPSUS, Operasi Khusus) encarregado das operações políticas secretas, embora opondo-se ao seu chefe, general Sumitro, não conseguiu impedir as manifestações. Perdeu, por isso, algum do seu poder e da enorme confiança que o general Suharto nele depositava.

Na sequência do «Malari Affair» o general Benny Murdani, então destacado em Seul como Encarregado de Negócios da Embaixada Indonésia na Coreia do Sul, foi chamado por Suharto para Jacarta, para dirigir os serviços secretos militares (o que incluía como tarefa de crucial importância, a espionagem e o controlo político dos militares).

Em finais de 1974, e apesar dos elevados preços do petróleo que acompanharam e se seguiram ao choque petrolífero de 1973, a empresa estadual de petróleo, Pertamina, entrou em crise, que culminou, em Fevereiro de 1975, com uma desastrosa ruptura financeira. A má gestão do administrador da Pertamina, o general Ibnu Sutowo, e uma corrupção desenfreada, tinham conduzido a um endividamento superior a dez mil milhões de dólares (quatro vezes maior do que a tão falada dívida externa da Indonésia dos últimos tempos do regime de Sukarno).

O primeiro «falcão» a propor a anexação de Timor-Leste terá sido o general Ali Murtopo, desejoso de mostrar a sua capacidade de servir os interesses da Indonésia e a sua fidelidade a Suharto, com a mesma eficiência com que tinha destruído os partidos políticos em 1967, conseguido a «integração» de Papua

Ocidental na Indonésia em 1969 (com o próprio reconhecimento da ONU!) e manipulado as eleições de 1971. Dois católicos indonésios de etnia chinesa, Liem Bian-Kie (também conhecido pelo nome indonésio de Yusuf Wanandi) e Harry Tjan Silalahi, apoiaram a ideia. Outros generais, quer dos serviços secretos quer comandantes militares, e ricos homens de negócios (alguns de etnia chinesa e nominalmente cristãos) viram no seu apoio à anexação de Timor uma forma de mostrar que as minorias, quer a minoria chinesa quer a minoria cristã, eram nacionalistas e mereciam o respeito e a protecção do Estado.

A ideia de anexar Timor, a que o general Ali Murtopo deu corpo, não era totalmente nova. Um jornal do exército tinha-a já defendido, antes de 1974. A própria Revolta de Viqueque, contra a administração colonial portuguesa, em 1959, parece ter sido, em parte, fomentada por militares e membros dos serviços secretos indonésios ligados ao movimento Pernesta. Este movimento, apoiado pela CIA, visava criar dificuldades ao presidente Sukarno ao promover a dissidência das «ilhas exteriores», nomeadamente das Molucas (Gunn, 1999). Poucos meses antes estes cidadãos indonésios tinham pedido e obtido refúgio político no Timor português.

O contexto internacional de pânico, perante o avanço comunista, fez renascer a ideia de anexar a parte leste da ilha de Timor, fornecendo condições geoestratégicas e políticas para a sua concretização.

O próprio general Suharto, a princípio muito relutante e receoso de possíveis reacções internacionais negativas, só depois de receber o impulso australiano e de confirmar o apoio americano e japonês, do Vaticano, dos países muçulmanos e dos líderes dos Não-Alinhados, se converteu à ideia. Prestava um serviço (mais um) ao «mundo livre», ao mesmo tempo que afirmava o seu nacionalismo ao dilatar, um pouco mais, o território da Indonésia. Além disso fazia esquecer o caso «Malari» e a bancarrota da Pertamina, e reforçava a unidade do exército, que encontraria em Timor uma justificação para algumas promoções.

Neste contexto, a imaturidade de alguns líderes políticos timorenses, que terá levado a FRETILIN a não participar nas Conversações de Macau, em meados de 1975, os ataques mútuos entre partidos e dirigentes partidários, o golpe que na noite de 10 para 11 de Agosto desencadearam alguns dirigentes da UDT, por instigação indonésia, e a própria «guerra civil», devem ser vistos como factores menores ou, sobretudo, como consequências de uma estratégia traçada a nível muito mais elevado e geral, em que a Guerra Fria e o avanço comunista na Indochina e no mundo desempenharam papel fundamental.

Algo de semelhante se poderá dizer da indisciplina de alguns sectores das forças armadas portuguesas, da imaturidade política de alguns quadros do MFA (Movimento das Forças Armadas que derrubou o regime do Professor Marcelo Caetano em 25 de Abril de 1974), do clima de quase guerra civil do «Verão Quente» de 1975 em Portugal e do abandono a que o Timor ainda «Português» foi votado.

**4. O GOVERNO INDONÉSIO TENTOU LEGITIMAR A ANEXAÇÃO COM FUNDAMENTO NA VONTADE POPULAR DOS TIMORENSES; FALHADA ESTA, TENTOU OBTER UM PEDIDO DE INTERVENÇÃO FEITO PELA POTÊNCIA ADMINISTRANTE; NÃO O TENDO CONSEGUIDO, RECORREU À INVASÃO MILITAR, DISFARÇADA DE RECONQUISTA FEITA PELAS FACÇÕES TIMORENSES ANTI-FRETILIN**

É curioso que quando Ramos Horta foi a Jacarta falar com o deputado John Naro e o ministro Adam Malik, a sua presença na capital indonésia mereceu honras de capa da revista *Tempo* e das primeiras páginas do jornal *Sinar Harapan*. Estes expressavam, assim, a simpatia de uma boa parte da intelectualidade indonésia para quem o partido independentista timorense seria o mais consentâneo com a política anti-colonialista da Indonésia.

Mas, uma vez decidida a anexação, importava, ao menos aparentemente, apresentá-la como legítima, remover obstáculos e encontrar apoios para a sua execução.

O ideal seria convencer o povo timorense dos benefícios da anexação. Para isso foi criada a APODETI. Mas nem a propaganda — por vezes acompanhada da oferta de rádios para ouvir os postos emissores do Timor Indonésio, ou da distribuição de camisolas — nem as ameaças, conseguiram grandes adesões. Como se tornou evidente mais tarde, nas únicas eleições democráticas realizadas no concelho de Lautem (ponta leste), o apoio popular à APODETI foi sempre muito reduzido.

Tendo falhado a via popular, o governo indonésio promoveu a instabilidade, nomeadamente através do golpe da noite de 10 para 11 de Agosto, localmente conduzido por alguns líderes da UDT, mas dirigido a partir de Jacarta. Esse golpe de força fez com que a Administração portuguesa deixasse de controlar a situação no território.

Uma vez criada a situação de descontrolo, a Marinha indonésia ofereceu-se para ir buscar e proteger o governador Lemos Pires com o seu *destroyer* Mon Icidi (25/08/1975). Mas a saída do governador português para Ataúro impediu-a de o fazer refém. A mesma sorte não tiveram vinte e três militares portugueses, aprisionados pelas forças da UDT e entregues às autoridades indonésias junto da fronteira entre os dois lados de Timor.

Em princípios de Setembro de 1975 foi a vez do Dr. Almeida Santos, representante do governo português enviado à região, ser confrontado com um memorando, que os governantes indonésios queriam que ele assinasse. O texto incluía um pedido do governo português para que uma «task force» indonésia fosse destacada para o ainda Timor Português. Essa força estaria sob comando indonésio mas seria paga por Portugal. Obviamente que o ex-Ministro da Coordenação Interterritorial português se recusou a assinar o referido memorando.

Inviabilizada a integração, quer por escolha livre dos timorenses quer por um eventual pedido de intervenção indonésia apresentado pelo governador



(caso este tivesse caído refém das forças armadas indonésias) ou pelo representante do governo português que se deslocou a Jacarta em Setembro de 1975 (caso o Dr. Almeida Santos tivesse assinado o memorando atrás referido), restava a anexação à força, por invasão directa.

Mas para que uma invasão e anexação, ambas ilegais, não suscitassem reacções internacionais, era preciso obter apoio político e diplomático e escamotear a verdade do que se iria passar sob o manto diáfano da mentira e do silêncio.

## **5. OS SERVIÇOS SECRETOS E O GOVERNO INDONÉSIOS ENCONTRARAM, FACILMENTE, COMPREENSÃO PARA A ANEXAÇÃO E APOIO POLÍTICO E DIPLOMÁTICO DOS PAÍSES MAIS IMPORTANTES PARA A SUA ESTABILIDADE**

Tendo em conta o apoio à integração de Timor Português na Indonésia, manifestado pelo Primeiro-Ministro australiano, em Wonosobo, no fim da semana de 6 a 8 de Setembro de 1974, o general Ali Murtopo deslocou-se a Lisboa, juntamente com o Embaixador de Indonésia na CEE, Frans Seda, e teve uma reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 16 de Outubro de 1974, precedida de reuniões com o Presidente Costa Gomes e o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. Ali Murtopo saiu animado dessas reuniões pela compreensão que encontrou, da parte dos seus interlocutores, para com a ideia de uma futura integração de Timor Português na Indonésia.

O embaixador Frans Seda escreveria mais tarde, em 1985, em relatório dirigido à Comissão Pontifícia Justiça e Paz, de que fazia parte, que as autoridades portuguesas ressalvaram sempre que Portugal só aceitaria a integração na Indonésia se esta fosse feita por «*escolha livre do povo*» (timorense). (Relatório à reunião de Nemi, de 7 a 12 de Novembro de 1985, da Assembleia Geral da Comissão Pontifícia Iustitia et Pax).

Na sequência das reuniões com Murtopo, o governo de Lisboa deu instruções ao Ministro da Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos, então de visita a Timor, através de um telegrama que dizia:

«Em contactos com S. Ex.<sup>a</sup> Presidente da República e Primeiro-Ministro, delegação indonésia chefiada general Muertopo levou convicção únicas fórmulas aceitáveis futuro Timor seriam ligação a Portugal ou à Indonésia, com prejuízo opção independência. Nesta conformidade S. Ex.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro considera conveniente que V. Ex.<sup>a</sup> se abstenha, em declarações públicas, de dar ênfase ou mesmo referência expressa solução independência em plano igualdade outras duas soluções. Muitos Cumprimentos. Secretário Estado Administração.» (Citado por Lemos Pires, 1991.)

A partir desse momento Murtopo lançou a «Operasi Komodo», em conjunto com o general Yoga Sugama, Chefe dos Serviços Secretos, e com o apoio do exército, através do general Benny Murdani e do Instituto de Estudos Estratégicos de Jacarta.

Esta operação dos serviços secretos visava, por um lado, obter apoio internacional para a anexação, quer por parte dos governos quer da opinião pública, e procurar apoios internos em Timor.

Para isso, além dos contactos com governos dos mais influentes Estados e com líderes políticos timorenses, foi desencadeada uma operação de desinformação em que a Agência Antara teve especial relevo.

A imagem que esta fez passar, não só na Indonésia mas também para todo o mundo, foi a de uma crescente instabilidade e insegurança no Timor Português, com o avanço do perigo comunista.

A *Voz de Timor* de 22 de Maio de 1975 dá conta dessa propaganda e do papel de alguns timorenses na sua credibilização ao escrever:

«Infiltração comunista — especulação da imprensa indonésia ou declarações de líderes da UDT?

«Segundo notícia divulgada no dia 14 pela France Press, a imprensa indonésia afirmou que os líderes da UDT, actualmente em visita a Jacarta, procuram o apoio da Indonésia contra o desenvolvimento do comunismo na colónia portuguesa. Os dois líderes, Francisco Lopes da Cruz e Costa Mouzinho, afirmaram, segundo a imprensa, que um dos seus grandes objectivos era a luta contra o comunismo em Timor.

«Elogiaram o ex-presidente António de Spínola pela sua luta em Portugal contra os extremistas da esquerda e afirmaram estarem prontos a colaborar com o partido pró-Indonésia Apodeti, no sentido de impedir a infiltração comunista na colónia. (...)

«A imprensa de Jacarta também afirmou que os dois líderes procuraram uma mais íntima colaboração da Indonésia, dadas as crescentes dificuldades de Portugal em financiar o desenvolvimento de Timor.»

Esta propaganda, orquestrada com a participação de alguns padres e bispos indonésios e missionários a trabalhar nesse país, foi tão eficaz que o próprio bispo (português) de Díli denunciou, em homilias e outras intervenções públicas, a presença de instrutores vietnamitas no Timor Português a dar treino a grupos armados da FRETILIN. Apesar de a notícia ser completamente falsa, seguiu o seu curso e serviu, perfeitamente, para inquietar espíritos traumatizados com a derrota americana no Vietname meses antes, e contribuiu para os falcões do regime de Suharto conseguirem apoios para a almejada invasão e anexação pela força.

Suharto, no entanto, só tomou a decisão definitiva de anexar Timor depois de ter pessoalmente visitado os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, o Irão e a Jugoslávia. O apoio destes países era essencial para a anexação ser aceite internacionalmente e evitar dificuldades à Indonésia, quer no plano diplomático quer político e económico. E só depois de obter a confirmação do seu apoio (reafirmado pelo presidente americano em Jacarta poucas horas do ataque a Díli), é que a invasão foi decidida.

E para que não parecesse uma invasão, esta foi precedida de um «pedido» de integração e de apoio feito à Indonésia, assinado em Bali (sob ameaça) por

alguns líderes timorenses. Esta declaração, dita de Balibó (como se tivesse sido assinada em Timor-Leste), por um lado, a criação do MAC (Movimento Anticomunista constituído por quatro partidos timorenses, três dos quais impulsionados pelos serviços secretos indonésios), e a participação de alguns timorenses nas primeiras forças de assalto a Timor-Leste a partir de Timor Ocidental, por outro lado, permitiram construir toda uma farsa em que se disfarçou a anexação.

## **6. O ASSASSINATO DE JORNALISTAS, COM A CONVIVÊNCIA DE GOVERNOS ESTRANGEIROS, FEZ CAIR O POVO DE TIMOR LESTE NUM TÚMULO DE SILÊNCIO, DEIXANDO AOS OCUPANTES O CAMPO LIVRE PARA FAZEREM UM AUTÊNTICO GENOCÍDIO**

Para que a mentira pudesse circular sem obstáculos, o exército indonésio não teve pejo em assassinar cinco jornalistas que, em Balibó, junto da fronteira com o Timor Indonésio, filmavam as primeiras tentativas de invasão, com apoio da artilharia pesada, de navios de guerra e da aviação indonésias.

Essas imagens, que estavam a ser registadas para dois canais da televisão australiana, iriam deitar por terra a versão indonésia segundo a qual eram forças timorenses do MAC (Movimento Anti-Comunista) que estavam a reconquistar terreno à FRETILIN, depois da derrota das forças da UDT que se tinham rebelado na noite de 10 para 11 de Agosto de 1975.

O empenho dos governos ocidentais na anexação de Timor era tão grande que, embora os serviços de escuta australianos tivessem captado as mensagens entre as diferentes secções das Forças Armadas Indonésias (ABRI) e soubessem, por isso, que os jornalistas foram deliberadamente assassinados por militares indonésios para que não houvesse imagens nem testemunhos credíveis da invasão por terra (que a FRETILIN, na altura, conseguiu travar), não fizeram qualquer protesto formal.

Em vez disso, os governos da Austrália, do Reino Unido e da Nova Zelândia, países de que eram originários os jornalistas assassinados em Balibó, limitaram-se a fingir acreditar na versão indonésia dos acontecimentos, segundo a qual os jornalistas teriam morrido por acidente, em resultado do fogo cruzado entre a FRETILIN e o MAC.

Nem mesmo o facto de alguns meios de comunicação social indonésios terem dito (por descuido) algumas verdades, levou os governos dos países dos cidadãos assassinados a exigir qualquer inquérito. A Rádio Kupang, no Timor Indonésio, anunciou, no dia seguinte:

«Demos uma lição aos jornalistas australianos comunistas. Se vierem mais, terão o mesmo destino.» (Citado por David Wath no jornal Times de 16.02.1976.)

No Parlamento britânico, Lorde Brockway perguntava ao «*Governo de Sua Majestade, se em face dos relatórios segundo os quais militares indonésios*

*tinham invadido Timor, tinha pedido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para considerar esta ameaça à paz e à segurança e para tomar as medidas necessárias.»*

O Subsecretário de Estado, Lorde Goronwy-Roberts, respondia que «*O Governo de Sua Majestade não tem meios independentes para verificar (a veracidade de) os relatórios.*»

E perante a insistência de Lorde Brockway, que dizia que «*ontem, (27.10.1975) a Agência oficial Antara admitiu que tropas indonésias estavam em acção, seis milhas dentro de Timor (Leste) e, se esse é o caso, com certeza que é um assunto em que o Conselho de Segurança deve intervir*», o representante do governo britânico respondia que seria indelicado o Reino Unido levantar a questão no Conselho de Segurança, se outros países mais próximos, como a Austrália, o não tinham feito.

Por mais cínica que se possa considerar esta posição, devemos admitir, no entanto, que é coerente com a posição do Embaixador britânico em Jacarta que, em Julho de 1975, escrevia:

«Sem dúvida, visto daqui, é do interesse britânico que a Indonésia absorva o território logo que possível e com o mínimo de espalhafato; e se se chegar a uma situação em que haja problemas nas Nações Unidas, devemos manter a cabeça baixa e evitar tomar uma posição contra o Governo da Indonésia.» (Citado por Barbedo Magalhães, 1992.)

A ausência de qualquer crítica por parte dos governos e de reacção por parte das Nações Unidas mostrou ao governo indonésio que tinha o caminho para a invasão e anexação completamente livre. Este podia, inclusive, matar todos os jornalistas que se atravessassem no caminho, sem precisar de recear, sequer, qualquer protesto dos governos dos seus países de origem.

Foi isso mesmo que fez, aquando da invasão em 7 de Dezembro, ao eliminar o único jornalista estrangeiro (australiano) que permaneceu no território, Roger East.

A partir daí a manipulação dos órgãos de comunicação social, não apenas indonésios mas de todo o mundo — já que ficavam na quase completa dependência da agência indonésia Antara —, estava assegurada.

A rádio da FRETILIN, que comunicava com a norte da Austrália, ficou sem esses contactos quando o governo australiano apreendeu o posto emissor e receptor que, dos arredores de Darwin, comunicava com a rádio em Timor-Leste.

A partir daí, governantes e diplomatas, não apenas indonésios mas australianos, americanos, britânicos ou de outros países, podiam mentir à vontade, quase sem risco de serem contestados.

Chegaram a verificar-se situações caricatas, como aquela em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio admitiu publicamente que já tivessem morrido cinquenta mil a oitenta mil timorenses, e o porta-voz do governo americano se recusou a admitir que tivesse havido mais de dez mil mortos e, para

minimizar a gravidade da situação, admitiu, até, que tivessem sido só dois mil, quase todos pretensamente em consequência da guerra civil entre a FRETILIN e a UDT e não da ocupação indonésia.

Em resposta a um pedido de comentários feito ao Subsecretário de Estado norte-americano Holbrooke (que vinte anos depois se converteria num grande amigo de Ramos Horta e da causa da autodeterminação), pelo editor de um jornal britânico, um dos seus colaboradores escrevia, em 5 de Janeiro de 1979:

«A incorporação de Timor Leste na Indonésia é um facto consumado. É nossa opinião, partilhada por muitos outros governos, que os esforços devem ser direccionados no sentido de assegurar que o povo timorense receba ajuda humanitária e económica do Governo Indonésio, de organizações internacionais e de outras fontes, de modo a ultrapassar a extrema pobreza em que a maior parte dos timorenses vive.»

E acrescentava que ao Embaixador americano em Jacarta, que tinha visitado Timor Leste pouco antes, lhe parecia que *«o Governo Indonésio está a tomar muito a sério o seu papel no sentido de promover a estabilidade política e as condições de vida do povo. Grandes esforços estão em curso para realojar milhares de pessoas que procuram protecção nas áreas controladas pelo Governo Indonésio»* (citado por Noam Chomsky, in *East Timor and the Western Democracies*, Lisboa, 1979).

Chomsky refere também que, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês foi visitar Jacarta, onde tratou da venda de armamento francês e da produção conjunta de armas e outros negócios, ao ser questionado sobre Timor comentou que *«a França não faria nada que embaraçasse os seus amigos indonésios que proporcionam tão boas oportunidades económicas»*.

Algumas semanas depois, quando a Agência France Press foi convidada para uma conferência de imprensa nas Nações Unidas sobre a situação em Timor Leste, declinou o convite com o argumento de que as pessoas em Paris não estavam interessadas em Timor...

Quando a *Columbia Journalism Review*, a mais prestigiada revista americana de jornalismo, pediu a Chomsky para escrever um artigo sobre o Camboja (então dominado pelos Kmers Vermelhos), este propôs-se escrever, antes, sobre Timor. Mas os editores recusaram com o argumento de que ninguém sabia nada de Timor e, portanto, um tal artigo não teria qualquer interesse...

De facto o bloqueio noticioso sobre Timor tinha sido tão eficaz que a ignorância sobre o problema se tornara de tal modo generalizada que ninguém sentia o menor interesse em ler o que quer que fosse sobre um minúsculo território desconhecido onde, aparentemente, nada de anormal ou importante se passava.

## 7. A EXTREMA TENACIDADE DOS TIMORENSES E A MINÚSCULA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL FORAM PRECIOSAS PARA IMPEDIR QUE A QUESTÃO DE TIMOR FOSSE COMPLETAMENTE ESQUECIDA E APAGADA DAS NAÇÕES UNIDAS

Neste quadro global, em que convergiam tantos interesses geoestratégicos, políticos e económicos, e com os «média» independentes impossibilitados de fazerem reportagens directas ou, sequer, de terem informações fidedignas do que se passava no território, era difícil manter a chama da esperança.

Mas, apesar disso, os timorenses não desistiram e continuaram a lutar, contra tudo e contra quase todos, num extremo isolamento e sofrendo uma indescritível opressão.

Fora de Timor, alguns amigos tentaram, teimosamente, furar o muro do silêncio e da indiferença, e alertar consciências para o drama que se desenrolava em Timor, que tinha dimensões de autêntico genocídio.

Nos Estados Unidos, Noam Chomsky e Arnold Kohen tiveram um papel de relevo. Na Austrália, o ex-cônsul em Díli, James Dunn, não calou a denúncia, e veio mesmo a Portugal tentar encontrar pessoas interessadas em mobilizar-se na defesa dos direitos dos timorenses. No Reino Unido, o refugiado político indonésio, Liem Soei Liong, editor do *Tapol Bulletin*, e John Taylor tiveram um papel muito importante. O *Tapol Bulletin*, em particular, tornou-se no primeiro e mais credível meio de informação sobre o que se ia passando em Timor-Leste.

Em Portugal a primeira preocupação da solidariedade foi evitar que os sucessivos governos, de diferentes cores políticas, se deixassem arrastar pela onda de «realismo político» que dizia que a anexação de Timor era um facto consumado e irreversível. Foi essa a principal preocupação, durante muitos anos, do grupo (depois Associação) Paz e Justiça para Timor Leste, nascido com o apoio do Padre José Lopes Baptista (pároco da igreja da Pasteleira e de alguns outros membros da solidariedade).

Quando, em 1981, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) organizou uma Sessão do Tribunal Permanente dos Povos, a pedido da Fretilin, então representada em Lisboa por Abílio Araújo, não havia quaisquer notícias concretas da Resistência no interior do território. Para quase toda a gente a resistência armada tinha sido esmagada, tinha acabado. Esta sessão pública internacional, impulsionada pelo Dr. Luís Moita, que presidia ao CIDAC, e pela Dr.<sup>a</sup> Carolina Quina, trouxe a Lisboa importantes personalidades de muitos países e foi o pretexto para criar a CDPM, que poucos anos depois viria a ser dirigida pela Dr.<sup>a</sup> Luísa Teotónio Pereira e deu um importante impulso à solidariedade portuguesa e internacional num momento crítico de generalizado desânimo.

As tentações derrotistas foram muitas, durante mais de dez anos, e a derrota na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1982, foi evitada por um fio. A Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação

de Timor, entretanto criada (quase em simultâneo com a realização, no Porto, da primeira Mesa Redonda com deputados de todos os nove partidos então existentes no parlamento português), teve nisso um papel determinante.

## **8. A ABERTURA AO DIÁLOGO, A CONVERGÊNCIA NACIONALISTA TIMORENSE, A DESPARTIDARIZAÇÃO DAS FALINTIL E A SAÍDA DE XANANA GUSMÃO DA FRETILIN FORAM FUNDAMENTAIS PARA GRANJEAR APOIOS INTERNACIONAIS**

Os primeiros quatro anos de ocupação foram absolutamente devastadores. Morreu mais de um terço da população timorense. As culturas foram destruídas com napalm e desfolhantes. Perto de 90% do gado existente em Timor Leste antes da invasão (cerca de um milhão de cabeças, incluindo cabras, porcos, búfalos e cavalos) foi dizimado.

Em 22 de Novembro de 1978 caiu nas mãos do exército ocupante a última base de apoio da Resistência, situada no Monte Matebian.

Em 3 de Dezembro do mesmo ano o responsável pela informação e segurança, Alarico Fernandes, entregou-se às forças indonésias, levando consigo o posto emissor e receptor da Rádio Maubere.

Em 31 de Dezembro de 1978 é ferido em combate e morto o segundo presidente da FRETILIN, Nicolau Lobato.

A partir desse dia, dos cerca de cinquenta membros do Comité Central da FRETILIN (no interior) restavam três; noventa por cento das armas tinham sido capturadas pelos ocupantes; as ligações entre grupos de resistência sobreviventes e destes com o exterior estavam cortadas...

Xanana Gusmão, um dos três sobreviventes do Comité Central, percorre, então, vales e montanhas à procura de companheiros.

Sensível aos apelos das mulheres, dos velhos e das crianças que ia encontrando nas aldeias remanescentes, faz renascer das cinzas a resistência ao ocupante.

Aos poucos, a sua estratégia vai tomando corpo.

A firmeza na resistência armada, claramente expressa nos ataques que esta fez, em Janeiro de 1983, a cinco cidades timorenses, é acompanhada pela disponibilidade para dialogar com os ocupantes. Assim, em 23 de Março de 1983 é acordado um cessar fogo entre Xanana Gusmão e o coronel Purwanto, comandante das forças armadas indonésias em Timor Leste.

Nessa altura a Resistência Timorense propõe um Plano de Paz que prevê *«a constituição de uma Força de Paz da ONU ou de uma força multinacional (...) o funcionamento de uma Administração Transitória (...) e a organização de consultas livres e democráticas ao Povo Maubere»* sob a supervisão das Nações Unidas.

Em 10 de Maio de 1983, o presidente do Conselho Revolucionário da Resistência Nacional, esclarecia, em comunicado:

«A FRETILIN declara que o Povo Maubere está consciente da sua inserção no Sudeste Asiático. A FRETILIN declara, por isso mesmo, que não desejará que Timor Leste seja foco de irradiação de conflitos. Timor Leste será um País não-alinhado e seguirá a política de coexistência pacífica. Os seus princípios regularão as relações com todos os países e estreitarão os laços de cooperação no plano técnico, económico e cultural com os seus vizinhos. O Povo Maubere sabe que deve respeitar os interesses dos seus vizinhos e acredita também que os seus legítimos interesses serão respeitados.» (Citado por Barbedo Magalhães, 1992.)

Era assim estendido o «ramo de oliveira» aos vizinhos indonésios.

Infelizmente a contra-informação indonésia conseguiu apresentar ao mundo, incluindo Portugal, estas Conversações de Paz como uma rendição da FRETILIN, e a oportunidade de internacionalizar o problema e contribuir para uma paz justa e uma solução durável e conforme ao direito internacional, perdeu-se.

No mesmo clima de diálogo defendido por Xanana, este proclama, também em 1983, a convergência de todos os nacionalistas timorenses na luta contra a ocupação, e apela aos timorenses no exterior da Pátria para se unirem: «*nós, no interior estamos unidos, é bom que vós, no exterior, também estejais unidos.*»

Em resposta a este apelo, os representantes no exterior da FRETILIN e da UDT assinam, em 18 de Março de 1986, um acordo com o objectivo de «*As duas formações conjugarem esforços na defesa do direito inalienável do Povo Timorense à autodeterminação.*»

Em coerência com estas posições, as FALINTIL deixam de ser as forças armadas da FRETILIN, para se tornarem nas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste, como declara o seu líder em mensagem de 7 de Dezembro de 1987, da qual citamos:

«As FALINTIL só terão uma sublime missão a cumprir: a defesa da Pátria de todos nós e a manutenção da ordem interna, instaurada por uma Constituição que proclame a defesa das liberdades individuais e colectivas e o respeito pelos interesses de todos os cidadãos e camadas sociais de Timor Leste! Para que as gloriosas FALINTIL possam vir a cumprir plenamente a sua missão dentro da estrutura do Governo, seja qual for a tendência política do Executivo, necessário se torna afirmar, desde já, a neutralidade das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste.»

Para completar o processo de despartidarização das Forças Armadas de Libertação Nacional, em carta de 31 de Dezembro de 1988 o Comandante-Chefe, Xanana Gusmão, comunica a sua saída da FRETILIN. Este gesto do comandante das Falintil, da maior importância para o êxito da luta, mas incompreendido por muitos, motivou a primeira (e quase única) carta do Coordenador das Jornadas de Timor da UP a Xanana Gusmão.



Em 5 de Outubro de 1989 é de novo Xanana Gusmão quem esclarece e precisa melhor ainda:

«As FALINTIL (...) adquiriram, nestes últimos onze anos, o verdadeiro papel que lhes cabe e que se insere apenas na defesa da Pátria, tendo ficado assim libertas de qualquer dependência política para com determinado partido. (...)

«As FALINTIL não fazem política, mas desde já estão empenhadas a ajudar a construir uma nação livre e democrática, sob os fundamentos do respeito pelas liberdades de pensamento e associação, de expressão e reunião e do respeito integral pelos direitos universais do Homem.

«O pluripartidarismo e uma economia de mercado serão os alicerces para um Timor-Leste independente (que os guerrilheiros estão construindo com os seus cadáveres!). Estado livre e não-alinhado que não renunciará ao firme propósito de se candidatar à ASEAN, como contributo mais positivo para a estabilidade regional.»

Simultaneamente, a luta nas cidades e regiões controladas pela Indonésia vai-se organizando. Criam-se redes clandestinas, que furam o bloqueio noticioso que foi imposto à ilha de Timor, e começam a surgir as primeiras manifestações.

Esta política de diálogo, de convergência e de abertura democrática torna mais fácil, quer à Igreja quer a personalidades e governos de diversos países, darem um apoio claro à causa da autodeterminação. Sem ela dificilmente se conceberia a carta do bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo, datada de 6 de Fevereiro de 1989 e dirigida ao Secretário-Geral da ONU, a pedir a realização de um referendo. Sem esta abertura provavelmente não teria tido lugar a visita da Sua Santidade o Papa João Paulo II a Díli, em 12 de Outubro de 1989, que «pôs Timor-Leste no mapa» das agências noticiosas.

Sem esta abertura democrática e convergência nacionalista teria sido difícil a Portugal e aos seus dirigentes políticos, uma vez consumada a sua entrada na União Europeia, em Janeiro de 1986, tomar as posições que tomaram em defesa da autodeterminação do Povo Timorense.

## **9. A PROPAGANDA INDONÉSIA FOI MUITO EFICAZ, APESAR DE ALGUMAS DENÚNCIAS SOBRE A SUA FALSIDADE**

Já atrás referimos a forma como a Indonésia conseguiu suprimir, quase completamente, as informações independentes, através do assassinato dos jornalistas estrangeiros no território, a que se seguiu um bloqueio informativo quase completo e a proibição de entrada de jornalistas (não escolhidos pelos ocupantes) e de turistas, durante cerca de treze anos.

Também já referimos as notícias alarmistas relativas ao pretenso perigo comunista, à instabilidade e à violência da FRETILIN.

A obtenção, sob ameaça, de declarações a favor da integração de Timor foi outra das estratégias.

Em carta dirigida em 29 de Abril de 1979 ao Secretário-Geral da ONU, José Martins, filho do liurai de Ermera e presidente do Kota (um partido que pretendia reforçar o papel dos reis e chefes tradicionais) esclarece, a propósito da chamada Declaração de Balibó em que alguns líderes timorenses «pediam» a integração de Timor Leste na Indonésia:

«A declaração de integração de Timor Leste na Indonésia é uma farsa porque foi feita em Bali, na Indonésia, a 2 de Dezembro de 1975. Enquanto a FRETILIN fazia a declaração unilateral de Independência de Timor Leste, em Díli — capital do território — a 28 de Novembro de 1975, o nosso “Movimento Anti-Comunista” declara a “integração” a 1000 km de distância, em Bali, no luxuoso Hotel “Peneda View” que pertence ao Coronel Sugianto, assistente do General Ali Murtopo. Tudo foi uma verdadeira farsa sem um mandato do nosso povo» (...)

Na mesma carta, José Martins afirma também:

«Excelência,

«No dia 16 de Dezembro de 1975 falei perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas enquanto Presidente do Partido KOTA. Fui solicitado a fazê-lo pelo Representante Permanente da Indonésia nas Nações Unidas, e no âmbito do programa sobre “A situação em Timor Leste”. Era membro de uma delegação de 3 indivíduos. Os outros eram o Sr. Guilherme Gonçalves e o Sr. Mário Carascalão, respectivamente representantes da APODETI e da UDT. Os nossos partidos formavam então uma coligação que se opunha à FRETILIN enquanto movimento.

«Vim em Dezembro, mas não como homem livre. Fui forçado, como o foram então muitos outros, e enquanto prisioneiro, a ler o que os indonésios tinham escrito. Agora sou um homem livre. Não pretendo dar detalhes sobre a forma como escapei às maquiavélicas mãos dos indonésios. O meu povo, em Timor Leste, confia em mim para contar a verdade sobre a nossa situação.

«As minhas opiniões reflectem os sentimentos e os sofrimentos dos homens e mulheres do meu país que continuam a lutar pela autodeterminação e independência de Timor Leste. Os que, como eu, foram forçados a atravessar a fronteira para território indonésio, encontram-se presos e compreendem agora a natureza perversa do exército indonésio. Tornámo-nos instrumentos do Governo indonésio no preciso momento em que, fugindo perante o avanço das forças da FRETILIN, entrámos em território indonésio (em Setembro de 1975). A desmembrada direcção da APODETI, UDT, KOTA e Partido Trabalhista depressa se apercebeu de que enquanto procurava “a liberdade” caímos nas mãos do exército indonésio.»

A imprensa indonésia, e, atrás dela, grande parte da imprensa internacional, que utilizava a Agência Antara como fonte, tomava como verdadeiras as notícias sobre o desejo dos timorenses se unirem à Indonésia. A invasão era descrita como uma luta entre facções timorenses, apenas com o apoio de voluntários indonésios. Muito depois da invasão, o governo indonésio ainda se recusava a admitir que nela tivessem participado forças regulares indonésias.

Em livros e brochuras distribuídas pelo governo indonésio e as suas embaixadas dizia-se que

«Com a participação de voluntários indonésios que responderam ao apelo de ajuda dos seus irmãos timorenses, as forças dos quatro partidos avançaram rapidamente e capturaram Díli em 7 de Dezembro de 1975. Esta conquista marca o fim efectivo da era colonial em Timor Leste e preparou o caminho à instalação do Governo Provisório de Timor Leste em 17 de Dezembro de 1975.

«A Libertação de Díli pôs fim a quatro meses de derramamento de sangue e de sofrimento dos timorenses.» (Decolonisation in East Timor. Ed. do Departamento de Informação da República da Indonésia, 1983.)

De acordo com a mesma propaganda, a 31 de Maio de 1976 uma Assembleia Popular timorense (cujos elementos foram escolhidos pelos ocupantes), pediu formalmente a integração na Indonésia. O Presidente Suharto correspondeu positivamente a esse «pedido», após «*continuada insistência*» do Governo Provisório de Timor Leste.

Estava assim completa a farsa da «*autodeterminação*».

A partir daí os jornais indonésios limitam as notícias ao «desenvolvimento» promovido pela Indonésia em Timor Leste.

Nas cerimónias oficiais, a nova «*província*» merece destaque, e um especial «*carinho*», quer de Suharto quer da sua esposa, como documentam as fotografias publicadas pelo Departamento de Informações.

Neste quadro não é de estranhar que o advogado indonésio dos direitos humanos, Adnan Buyung Nasution, a uma questão sobre Timor posta por um jornalista, durante a sua visita à Holanda, tenha respondido:

«O problema é este: — eu não conheço a situação. Na Indonésia as pessoas ouvem falar muito pouco ou nada sobre a situação em Timor Leste. É uma espécie de guerra secreta.» (*Tapol Bulletin*, Fev. de 1978.)

## **10. A JUVENTUDE TIMORENSE QUE FOI ESTUDAR PARA A INDONÉSIA E O PRÓPRIO XANANA GUSMÃO TIVERAM UM PAPEL FUNDAMENTAL NO DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA DOS ESTUDANTES E DOS DEMOCRATAS INDONÉSIOS**

O eng. Mário Carrascalão, quando foi Governador de Timor Leste, entre 1982 e 1992, por nomeação do Governo Indonésio, teve a preocupação de arranjar bolsas de estudo para jovens timorenses irem estudar para a Indonésia, nomeadamente para universidades nas ilhas de Java e de Bali.

Inicialmente deparavam com colegas indonésios que se queixavam da ingratidão dos timorenses, que recebiam tudo do Governo, estradas, hospitais, escolas e bolsas de estudo, etc., e, em vez de agradecerem humildemente, criticavam o Governo Indonésio e até ousavam protestar.

Aos poucos, no entanto, foram conquistando a compreensão de alguns colegas e também de alguns professores, como George Aditjondro, da Kristen

Satya Wacana Universitas de Salatiga, e o Professor Luckman Sutrisno, da Gadjah Mada Universitas de Yogyakarta.

O próprio Xanana Gusmão estimulava os estudantes timorenses a fazerem amizade com os seus colegas indonésios para, a pouco e pouco, os irem informando e captando a sua solidariedade.

Alguns estudantes timorenses foram denunciados pelos seus colegas que trabalhavam para os serviços secretos. E se uns foram presos, outros foram mortos em acidentes de viação provocados, como aconteceu, por exemplo, ao recém-licenciado em economia, Dr. José António Moniz da Silva, em 15 de Dezembro de 1987.

Em 26 de Dezembro de 1989, universitários timorenses a estudar na ilha indonésia de Bali, manifestam-se contra a repressão que atinge os seus colegas em Díli. A manifestação é duramente reprimida e, dias depois, um dos estudantes timorenses, chamado José Carvalho, é encontrado morto na ribeira de Seliwang, em Bogor...

Revoltados com esta situação, até universitários indonésios começam a quebrar o silêncio.

Foi o que fez o estudante Ammarsyah, do Instituto de Tecnologia de Bandung, perante o tribunal que o julgava, em 31 de Janeiro de 1990. Este estudante foi preso, juntamente com outros cinco, por terem organizado uma manifestação em defesa da democracia, aquando da visita do ministro Rudini, do Interior, ao Instituto, em 5 de Agosto de 1989. Tornado réu, decidiu aproveitar o julgamento para expor as suas ideias sobre a situação em Timor e na Indonésia, com uma intervenção intitulada: *«Indonésia, a história da baioneta e do elmo de aço.»* Nesta intervenção, e depois de referir numerosas violações aos direitos humanos no seu país, o estudante declara em tribunal:

*«Meritíssimos juízes, debrucemo-nos agora sobre o extermínio que ocorreu em Timor Leste»; e citando relatórios da Amnistia Internacional e da Cruz Vermelha Internacional, denuncia os massacres de aldeias inteiras e a morte de um terço da população timorense, as deportações, as prisões arbitrárias e sem julgamento, e os “desaparecimentos” de prisioneiros. É um “segredo público” dizia o estudante Ammarsyah, “que os gabinetes de administração distrital e os postos militares locais são utilizados como lugares de interrogatório e tortura dos presos”. E, a terminar a parte dedicada a Timor Leste, lê integralmente a carta do Bispo Ximenes Belo, de Díli, datada de 6 de Fevereiro de 1989, em que este pede ao Secretário-Geral da ONU “para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um referendium”. Segundo afirmou em tribunal o estudante indonésio, feito réu, esta carta “levanta novamente a questão da descolonização de Timor Leste”.»*

Outro exemplo, no mesmo sentido, é o relatório produzido pelo Departamento de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Rural e Regional, da prestigiosa Universidade Gadjah Mada, de Yogyakarta (Java). Este relatório, de cento e trinta páginas, foi feito com base num estudo realizado nos primeiros meses de 1990.

As suas conclusões deveriam ser o ponto central de um seminário a realizar em Díli em 19 de Abril de 1990, com o patrocínio do Banco Central da Indonésia e do Gabinete de Planeamento para o Desenvolvimento de Timor Leste. Mas dado o teor do relatório e das suas conclusões, o Seminário foi subitamente cancelado, por «razões técnicas», como justificaria o Ministro da Defesa indonésio. Em vez disso são enviados para Timor mais alguns batalhões de forças indonésias.

Segundo este relatório, *«embora o Governo indonésio considere que a integração resolveu o problema da descolonização, os timorenses não pensam o mesmo»* (p. 7). E noutro passo:

«A apatia e a indiferença das populações face aos programas, mostram que não só não existe uma adaptação recíproca entre nós e os timorenses, como também — e sobretudo — evidenciam que a rejeição à nossa presença cresce e se desenvolve num processo natural.»

A equipa que procedeu às investigações em Timor Leste nos primeiros meses de 1990 era dirigida pelo Professor Mobyarto, e já tinha estado no território em 1981 e em 1989. Daí a facilidade com que pôde fazer comparações e apreciar o evoluir da situação.

Conforme estes investigadores universitários indonésios afirmam no seu relatório, a sociedade timorense está traumatizada pela continuada situação de guerra, e *«mesmo entre a elite timorense existe um sentimento de ódio»* (em relação às Forças Armadas Indonésias). Uma das principais recomendações do relatório é, pois, que se tomem medidas que *«ponham fim à situação de guerra»*.

## **11. AS MANIFESTAÇÕES DOS TIMORENSES QUANDO ESTAVAM PRESENTES JORNALISTAS, E AS IMAGENS DO MASSACRE DE SANTA CRUZ ACORDARAM A CONSCIÊNCIA INTERNACIONAL, INCLUINDO A INDONÉSIA, E FORAM O PONTO DE PARTIDA PARA A VIRAGEM DA OPINIÃO PÚBLICA MUNDIAL CONTRA A OCUPAÇÃO**

A expectativa da visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor Leste mobilizou milhares de timorenses para a preparação, na mais completa clandestinidade, de manifestações de boas-vindas e de expressão da sua vontade de libertação do jugo do ocupante.

Frustrada essa expectativa, pelos obstáculos postos pelo governo indonésio à realização da visita, não quiseram os timorenses deixar partir os jornalistas subitamente entrados no território sem uma manifestação clara do querer da juventude e do povo de Timor Leste.

A Resistência Timorense, com Xanana à cabeça, considerava que era fundamental despertar a consciência mundial e internacionalizar o problema. Só desse

modo os custos diplomáticos e políticos podiam ir desgastando a posição indonésia e torná-la receptiva a uma solução negociada que respeitasse o direito internacional. Daí a importância de organizar manifestações sempre que visitavam Timor personalidades importantes, como o Papa, em 12 de Outubro de 1989, ou o embaixador americano em Jacarta e, sobretudo, quando havia jornalistas capazes de dar voz às vozes amordaçadas dos timorenses.

Em 12 de Novembro de 1991, o pretexto para a manifestação foi uma romagem ao túmulo do jovem Sebastião Gomes, assassinado por um grupo de «ninjas» e militares indonésios na Igreja de Sto. António de Motael em 28 de Outubro.

Os cartazes com a imagem de Xanana Gusmão e com os símbolos dos partidos independentistas, que tinham sido preparados para a visita da delegação parlamentar portuguesa, foram expostos no cortejo que percorreu a cidade, desde a Igreja de António de Mokal até ao Cemitério. Jogos de bastidores entre diferentes facções militares e dos serviços secretos determinaram o dramático desfecho do massacre de Santa Cruz.

A entrada de Portugal para a CEE, em 1986, com o direito de veto que isso implicava em matéria de política externa, nomeadamente no que se referia ao eventual reconhecimento da integração de Timor-Leste na Indonésia, deu-lhe uma força negocial que antes nunca tivera. A questão de Timor tornou-se mais visível no Parlamento Europeu e noutros órgãos da Comunidade. Talvez isso tenha contribuído para convencer o general Suharto a afastar do Comando das ABRI (Forças Armadas Indonésias), em 1988, o poderoso e duro general Benny Murdani. Os mesmos motivos levaram-no a abrir as portas de Timor a turistas e alguns jornalistas estrangeiros e a nomear para Comandante Militar das Forças Indonésias em Timor, em 1989, um homem moderado e relativamente aberto: Rudolf Warrow. A tarefa de que este foi incumbido consistia em conquistar as inteligências e os corações dos Timorenses e, com esse objectivo, colaborar positivamente com o governador Mário Carrascalão.

Paralelamente, o presidente de Indonésia desmantelou os serviços secretos militares, Bais (Serviços de Informações Estratégicas), com que o general Murdani controlara o exército durante muitos anos.

Simultaneamente o presidente Suharto promoveu o seu genro Prabowo Subianto, comandante das brutais forças pára-quedistas Kopassus, cujo papel em Timor foi reforçado.

O comandante Warrow tentou reduzir a brutalidade e os abusos dos militares. Com esse objectivo puniu ou transferiu alguns militares mais sanguinários, como refere o Professor Benedict Anderson, em artigo publicado no número 21 da Primavera/ Verão de 2000 da revista *Política Internacional*.

Prabowo discordava da política de abertura e de moderação do comandante militar de Timor-Leste. E, em conjunto com os novos serviços secretos entretanto criados (em substituição do Bais) e com amplos sectores militares, planeou uma acção que desacreditasse Warrow, a fim de fazer com que este fosse expulso de Timor.

O momento escolhido não podia ser melhor — o massacre de Sta. Cruz teve lugar quando estava em Díli o representante da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, para conversações com o bispo Ximenes Belo, com o governador Mário Carrascalão e com o comandante militar Warrow.

Foi com este pano de fundo, nos bastidores, que aquilo que era uma manifestação pacífica, embora com explícitas referências a Xanana Gusmão e à Resistência, de modo a não deixar dúvidas aos jornalistas sobre o desejo de liberdade e independência dos timorenses, tornou-se, por decisão das forças ocupantes, em mais um massacre, agora junto ao cemitério de Santa Cruz.

Ao contrário do que aconteceu em muitos outros massacres anteriores, desta vez estavam presentes jornalistas estrangeiros. E sobretudo um deles, Max Stahl, conseguiu não só obter imagens claras e chocantes do massacre, mas, também, escondê-las e disfarçar o suficiente para as conseguir fazer sair de Timor e mostrá-las ao mundo. Estas imagens, bem como os testemunhos dos jornalistas Allan Nairn, Ami Goodman, Saskia Kowenberg e outros correram o mundo. Finalmente, o drama de Timor Leste e a luta do seu povo começaram a internacionalizar-se.

Na própria Indonésia a imprensa sentiu-se obrigada a falar do massacre, e o governo não o conseguiu impedir. Em 4 de Janeiro de 1992 o semanário *Jakarta, Jakarta* dedicou quatro páginas a testemunhos de jovens timorenses, e duas páginas a uma fotografia dramática com timorenses a fugir ao tiroteio. Três jornalistas ficaram sem o seu emprego, por causa disso, mas a mensagem passou para milhares de indonésios.

A fim de diminuir o tom das críticas internacionais, o governo indonésio é obrigado a criar uma Comissão de Inquérito e a demitir ou punir (ainda que com penas leves) alguns dos responsáveis pelo massacre.

Quatro meses depois do massacre de Santa Cruz o Dr. Rui Marques desencadeia a maior operação mediática de solidariedade com Timor, a «Missão Paz em Timor Leste». Nesta participaram pouco mais de uma centena de jovens de 22 países, alguns «seniores», como o General Ramalho Eanes, o Padre José Lopes Baptista, o Padre Jaime Coelho, S.I., o autor destas linhas, Shirley Shackleton (viúva de um dos seis jornalistas assassinados pelos invasores indonésios em Balibó em 26 de Outubro de 1975) e alguns parlamentares australianos a bordo do Lusitânia Expresso. Esta Missão motivou a publicação, em Março de 1992, de centenas de páginas na imprensa indonésia e dos países da região. Sem fazer correr uma gota de sangue timorense, esta corajosa e lúcida Missão deu um novo e maior impacto ao massacre de Santa Cruz, chamando a atenção para a justiça que assistia ao povo timorense na sua luta pela autodeterminação. E levou, pela primeira vez, o comandante militar de Timor Leste a confessar à imprensa internacional, que o que ele temia, se o Lusitânia Expresso chegasse a Díli, não eram já os GPK (os grupos perturbadores da ordem), mas sim o Povo, o Povo de Timor Leste.

## **12. OS PRÓPRIOS TRIBUNAIS E AS PRISÕES INDONÉSIAS PASSARAM A SER USADOS COMO TRIBUNAS PARA DENUNCIAR A SITUAÇÃO EM TIMOR E CONQUISTAR SOLIDARIEDADES**

Em 2 de Maio de 1992 os dois advogados de defesa (Joewono SH e Waskito Adiribowo SH) de João Freitas da Câmara — jovem timorense acusado de organizar manifestações (pacíficas) ilegais — tornam-se os primeiros advogados indonésios a contestar, em tribunal, a legitimidade do mesmo para julgar este ou quaisquer outros timorenses. Baseiam-se, para isso, no artigo 9.º do Código de Direito Criminal Indonésio, que reconhece as limitações decorrentes do direito internacional, e nas resoluções da ONU sobre Timor.

Em sessão do tribunal lembram o preâmbulo da Constituição Indonésia, segundo o qual

«todas as nações têm direito à liberdade, e por isso o colonialismo tem que ser erradicado da face da terra, porque não está em conformidade com os princípios de humanidade e justiça».

E os advogados acrescentam, perante os juízes e o público na sala de audiências:

«Também a Nação de Timor-Leste tem este direito. Em 28 de Novembro de 1975 proclamaram a independência do estado, chamado República Democrática de Timor-Leste, como foi afirmado pela testemunha Fernando Araújo em 20 de Abril de 1992 e pelo réu, em 22 de Abril, mas esta independência foi eliminada pelas Forças Armadas da República de Indonésia em 7 de Dezembro de 1975. Cinco dias depois as Nações Unidas adoptaram uma resolução que apela às forças indonésias para se retirarem, decisão que o Governo Indonésio ignorou. (...)»

Os advogados lembram, ainda que

«de acordo com o seu testemunho no tribunal, em 22 de Abril de 1992, o réu era um funcionário da proclamada República Democrática de Timor-Leste... e embora fosse apenas um funcionário da esfera da informação política, era sua obrigação defender essa independência, sobretudo a partir do momento em que acções ilegais, físicas e não físicas, foram exercidas contra o seu estado, factos reconhecidos por uma entidade internacional chamada “Nações Unidas”. Por isso, tudo o que o réu fez desde 1975 deve ser justificado de acordo com o artigo 49, parágrafo 1 do Código de Direito Criminal que diz:

“Qualquer pessoa que aja em defesa da sua pessoa ou dignidade e de bens seus ou de terceiros face a ataques feitos em violação da Lei, não deve ser punida.”

“O que o réu defendeu foi as pessoas, a dignidade e os bens do Povo de Timor Leste, o que retira todo o fundamento para qualquer punição”.»

Outros timorenses presos, por terem organizado, em 19 de Novembro de 1991, uma manifestação pacífica em Jacarta para protestar contra o massacre de Santa Cruz, lembraram que os slogans da juventude timorense, que os levaram



à prisão, eram os mesmos da juventude indonésia, dos anos 40, quando se opunham ao colonialismo holandês, como afirmou, em tribunal, Virgílio da Silva Guterres.

Fernando Araújo, que seria condenado a pesada pena de prisão por subversão, foi muito claro ao afirmar que «*Timor Leste não é uma questão nacional mas sim um problema internacional*» e que a invasão indonésia foi a mais grave de todas as violações aos direitos dos timorenses. Lembrou a ilegalidade da intervenção indonésia, contrária aos princípios das Nações Unidas e a numerosas resoluções entretanto aprovadas.

Deste modo alguns tribunais indonésios tornaram-se o palco possível da expressão semi-pública do sentir dos timorenses e da injustiça e ilegalidade da ocupação indonésia do seu território.

A prisão de Xanana Gusmão, em 20 de Novembro de 1992, apanhado numa casa em Díli, onde passava grande parte do tempo para desenvolver a luta clandestina e conseguir internacionalizar o problema, foi um duro golpe para a Resistência. Houve quem falasse de traição quando Xanana apareceu na televisão combatido e aparentemente disposto a colaborar com o inimigo.

Mas, com a sua inteligência política de excepcional sagacidade e visão, Xanana preparava, assim, o seu golpe de mestre, ao convencer as autoridades indonésias a organizarem (em Maio de 1993) um julgamento público, para aí recusar qualquer acordo com o ocupante e reafirmar a sua firme determinação na luta pela autodeterminação e independência do seu povo.

A estratégia sagaz de Xanana Gusmão e da Resistência Timorense — que levou os timorenses a tirar partido, por um lado, das visitas de jornalistas e de personalidades estrangeiras, e, por outro lado, da frequência de universidades indonésias, dos julgamentos (mais ou menos públicos) e até das prisões para fazer nascer e crescer a solidariedade na Indonésia — permitiu transformar aquilo que fora uma grande derrota, numa das maiores se não a maior vitória da Resistência timorense, ao conseguir a solidariedade crescente, quer do Povo Indonésio quer da comunidade internacional.

### **13. A PARTICIPAÇÃO DE DEMOCRATAS INDONÉSIOS NAS JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO AJUDOU A DESENVOLVER A SOLIDARIEDADE INDONÉSIA**

Em consonância com a estratégia da Resistência Timorense, a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto convidou, sempre que possível, para as suas iniciativas, quer em Portugal quer no estrangeiro, democratas indonésios. Esta Comissão, constituída pelo então Reitor da Universidade do Porto, Professor Alberto Amaral, pelo Pró-Reitor, Professor Nuno Grande, e pelo autor deste artigo, durante cerca de dez anos organizou jornadas e conferências em Portugal, em diversos países europeus, da América do Norte e da América do Sul, na Austrália e noutros países.

O primeiro cidadão indonésio a participar nestas iniciativas foi o refugiado político Liem Soei Liong, editor do *Tapol Bulletin*, que, em 1990, veio às primeiras Jornadas com componente internacional organizadas pela Universidade do Porto.

Só em 1993 foi possível trazer a Portugal democratas residentes na própria Indonésia. Antes era arriscado de mais para qualquer cidadão indonésio vir ao país «inimigo» e voltar de novo à sua terra. Nessas, que foram as V Jornadas de Timor da UP, participaram onze cidadãos indonésios, quatro dos quais residentes no seu país. Por razões de segurança, os nomes de alguns deles nunca foram revelados publicamente, até à queda do regime de Suharto. Mas nem isso permitiu evitar que a estudante Yenny Damayanti ficasse sem o seu passaporte na Holanda, para onde foi acabar os seus estudos depois de ter estado em Portugal.

A Yenny veio às Jornadas por sugestão de Xanana Gusmão. Estavam ambos presos, em Jacarta, em prisões diferentes; Xanana Gusmão em Cipinang, e Yenny Damayanti numa prisão para mulheres.

Apesar de estarem em prisões diferentes, ambos conseguiam comunicar por meio de bilhetinhos que passavam clandestinamente de uma prisão para a outra através de amigos comuns.

Xanana tinha-se, entretanto, tornado o símbolo e modelo da juventude indonésia em luta pela sua liberdade e democracia. E, por isso, bastou uma sugestão de Xanana Gusmão para Yenny aceitar prontamente o convite e vir a Portugal poucas semanas depois de ter saído da prisão.

Vieram da Indonésia para estas V Jornadas, além de Yenny Damayanti, o Professor George Aditjondro, um ex-Reitor de uma universidade católica indonésia, e um líder estudantil. Consigo trouxeram um exemplar da tradução (feita a partir da versão em inglês) do livro do Coordenador das Jornadas intitulado «Timor-Leste, Ocupação Indonésia e Genocídio». Tratava-se de uma publicação clandestina, já na sua terceira edição, da responsabilidade de uma organização de jovens muçulmanos indonésios e editada com o apoio do *Tapol*.

O título destas jornadas, realizadas no Estoril (Bicesse) entre 22 e 29 de Julho de 1993, foi «Timor Leste e a Indonésia, Caminhos para a Liberdade a Autodeterminação e a Democracia».

Para muitos timorenses foi a primeira oportunidade para conhecer, dos indonésios, uma outra face, completamente diferente da que tinham experimentado em Timor, no clima de repressão, torturas e assassinatos que os ocupantes impuseram ao Povo Timorense.

Um dos participantes timorenses, que tinha sido preso e torturado sucessivas vezes, e passado perto de quinze anos nas cadeias indonésias, dizia:

«Irmãos indonésios, nós aqui percebemos que vós sofreis, tal como nós, debaixo da mesma ditadura. O inimigo é o mesmo, a ditadura de Suharto, e estamos ambos (os povos) do mesmo lado da barricada (...).»

Deste modo começava uma reunião destinada ao diálogo entre timorenses e indonésios. Nos dias que a precederam, a ambiente era extremamente tenso, marcado pela desconfiança e o medo de que no meio dos indonésios houvesse perigosos espíões (como acontecia em Timor Leste ou na Indonésia). Mas, a partir daquele momento a ponte para o diálogo, para a compreensão mútua e para a solidariedade estava lançada, e as tensões desvaneceram-se.

Em 28 de Novembro de 1993 Xanana Gusmão escreveu, da cadeia de Cipinang, Jacarta, onde se encontrava preso, uma carta à solidariedade indonésia que pôs em relevo a importância que lhe atribui. Citamos apenas algumas passagens (Gusmão, 1999):

«Caros Amigos, Filhos do Povo Irmão Indonésio

«A vós todos, vai um caloroso abraço de gratidão de todos os timorenses, que eu represento, e um abraço amigo de todos os meus guerrilheiros.»

Trata-se de uma carta em resposta a questões que lhe foram postas por alguns indonésios em que, esclarece, a certa altura:

«(...)

«Vou agora ao ponto fulcral na nossa conversa. Perguntais-me acerca da verdadeira aspiração do Povo Maubere, como objectivo desta luta. Devo dizer-vos, caros amigos, que, como o objectivo de todos os povos oprimidos em suas lutas de libertação, a suprema e inalienável aspiração do Povo de Timor Leste é a INDEPENDÊNCIA NACIONAL. E nada deterá o Povo de Timor Leste na prossecução do seu objectivo, cimentado com os cadáveres e com o sangue de mais de 200 mil vidas ceifadas pela repressão colonial indonésia.

«A vossa 3.<sup>a</sup> (?) pergunta reflecte disposição da vossa percepção sobre o problema e abrange a vossa acção identificando-a como parte integrante da solidariedade internacional pela causa maubere. Eu acredito em vós, caros amigos, pois já muito tendes feito pela nossa luta e o meu Povo confia na justeza dos vossos princípios e na firmeza das vossas acções.

«A juventude americana actuou influente e decisivamente na mudança da política dos Estados Unidos, na destruidora guerra do Vietname e no apoio à África do Sul. Como filhos que sois de um povo irmão, como filhos de um Povo vizinho, com quem manteremos as melhores e mais estreitas relações de amizade e cooperação em todos os domínios, esperamos que os irmãos indonésios (irmãos, diferente do conceito “pamili”, usado pelas ABRI, não para amar ou pelo menos respeitar, mas para matar, massacrar, violar, fazer desaparecer, torturar, com as mais horríveis formas, mulheres, crianças, jovens e velhos), esperamos, portanto, que os irmãos indonésios se compenetrem cada vez mais da verdadeira realidade e se assoberbem a testemunhar, perante os assassinos do Povo de Timor Leste, a ilegalidade da ocupação militar do território e a necessidade de coragem política para resolver, segundo as normas internacionais, um caso que envergonha a Indonésia, mas que, com o Timor Leste independente, será apenas um registo dos erros dos governantes militaristas e teimosos... na história que os povos vizinhos procurarão esquecer. (...)»

Mais adiante Xanana Gusmão acrescenta:

«Nessa vossa marcha para a democracia, nessa vossa busca de um mundo melhor para a Indonésia, eu sei que vedes o caso de Timor Leste, não como uma questão distinta nem como uma fortuita ou lógica consequência da vossa própria luta, mas sim como dois aspectos interdependentes de um fenómeno global: sistema político na Indonésia. O resultado produzido num desses aspectos reflecte-se necessariamente no desenvolvimento do outro. Assim, as nossas lutas terão conseguido uma unificação de esforços, para um resultado global. Porque o Povo irmão indonésio não viverá a democracia plena, se não respeitar os anseios do Povo de T-L nem o Povo indonésio se assegurará dos direitos mais elementares do Homem na Indonésia, enquanto ao Povo Maubere for negado o fundamental direito à auto-determinação e independência nacional.

«Se Direitos Humanos e Democracia são a arma que empunhais na presente conjuntura política da Indonésia, esse campo abrange necessariamente Timor Leste.

«Aos nossos irmãos indonésios, pedimos para que actuem, no sentido de parar com a repressão em T-L, de LIBERTAR os presos políticos, de estancar a máquina da Intel em T-L, cujas enormíssimas verbas engordam o “gaji” (salário) dos militares e fomentam parasitas assassinos.

«Porque não pode encobrir a opinião pública indonésia, embora se esforce sempre por distorcer as verdades, o governo indonésio não pode negar que o caso de T-L é um caso da ONU. Assim, não é impertinente que a SOLIDARIEDADE INDONÉSIA expresse o seu desejo de ver o governo de Jacarta a tomar a sério, sem aquelas manobras de rodeios e recuo para ganhar tempo e adiar a derrota, como nos anos anteriores, o diálogo sobre Timor Leste e conduzi-lo à luz das resoluções da ONU, à luz dos princípios universais e dos princípios que (ainda) norteiam o Movimento dos Não-Alinhados.»

Mais adiante, conclui:

«RESISTIR É VENCER!

«Renovo a gratidão do meu Povo e dos meus guerrilheiros.

«Profundos abraços de amigo e irmão

«Kay Rala Xanana Gusmão

«Membro do CNRM e Cmdt das FALINTIL»

Esta carta de Xanana Gusmão foi um importante incentivo para o movimento pró-democracia e de defesa dos direitos humanos na Indonésia, e serviu de motivação para a publicação do primeiro número da primeira publicação periódica indonésia dedicada a Timor Leste, a «Suara Rakyat Maubere», a «Voz do Povo Maubere».

Esta publicação, em formato A5, foi lançada pelo Instituto para os Direitos dos Povos, LEKMAT (Lembaga Kajian Hak-hak Mayarakat). Criada em 1989, esta organização não governamental resolveu, em finais de 1993, dar início a esta publicação em língua indonésia para, como diziam os editores no seu primeiro número,

«disseminar informação sobre a luta do povo de Timor Leste a uma camada bastante alargada de indonésios. Fornecendo informações fidedignas sobre a história, as aspirações e os objectivos da sua luta, podemos desenvolver a solidariedade com o povo de Timor Leste» (*Tapol Bulletin* n.º 125, Outubro de 1994).

Pela mesma altura o boletim Funu, da Associação Socialista Timorense (AST) tornou-se numa publicação da resistência timorense. Publicou textos em português, inglês, língua indonésia e tetum. Formalmente a entidade editora era The Centre for Human Rights, em Fitzroy, Austrália.

No seu número de Maio de 1994, com quarenta páginas, a Funu também publicou a carta de Xanana Gusmão à solidariedade indonésia, além de artigos criticando o «*diálogo de reconciliação*» promovido pelos serviços secretos indonésios e com o apoio do ex-representante da Fretilin em Portugal.

Nas VI Jornadas de Timor da UP, realizadas no Porto, entre 4 e 14 de Outubro de 1994, o Professor George Aditjondro, que já tinha estado nas Jornadas de 1993, também participou. Durante o jantar de encerramento recebeu uma chamada da família, a dizer que a polícia tinha ido a sua casa, em Salatiga (Java Central) para o convocar para interrogatórios... Depois, a sua casa foi apedrejada, a esposa e o filho ameaçados, os telefones cortados... Algum tempo depois teve que emigrar para a Austrália. Entretanto escreveu um livro sobre o impacto da ocupação sobre Timor Leste (*In the Shadow of Mount Ramelau*).

Nessas mesmas jornadas a Prémio Nobel da Paz irlandesa, Mairead Maguire, declarou o seu apoio à proposta do bispo Ximenes Belo para aquele mesmo galardão. E a Yenny Damayanti, que continuava a corresponder-se com o seu mentor político, trouxe consigo uma mensagem de Xanana Gusmão.

#### **14. A PARTIR DE 1994 TIMORENSES RESIDENTES NO TERRITÓRIO E DEMOCRATAS INDONÉSIOS COMEÇARAM A PARTICIPAR EM REUNIÕES E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS, NAS FILIPINAS, NA ALEMANHA, NA AUSTRÁLIA E NOUTROS PAÍSES, O QUE CONTRIBUIU PARA REFORÇAR A SOLIDARIEDADE MÚTUA E PARA ANGARIAR APOIOS INTERNACIONAIS**

A partir de 1994 começou a ser possível organizar conferências internacionais, fora de Portugal, com significativa participação de timorenses residentes no território — a maior parte dos quais defensores da autodeterminação e independência do seu país — e democratas indonésias.

A Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade de Porto, em nome da Reitoria e do Reitor da maior universidade portuguesa, Professor Alberto Amaral, promoveu e apoiou várias destas iniciativas na condição de elas incluírem o convite e a participação de timorenses e indonésios. O objectivo, ao pôr esta condição, era promover a solidariedade mútua entre um e o outro

povo, e ligar as lutas pela autodeterminação de Timor-Leste e de democratização da Indonésia. Isto porque se considerava que pôr fim à ditadura de Suharto e ao domínio dos militares, e democratizar a Indonésia eram cruciais para a autodeterminação (e a democratização) de Timor-Leste.

A primeira grande conferência internacional realizada fora de Portugal foi a «*Asia Pacific Conference on East Timor*», realizada em Manila, na Universidade das Filipinas, de 31 de Maio a 4 de Junho de 1994. A Universidade de Porto foi uma das muitas entidades convocantes.

As pressões do governo indonésio sobre o governo das Filipinas para impedir a sua realização foram enormes.

A conferência chegou a ser proibida, mas um tribunal de instância superior considerou ilegal a proibição. Os seus dois principais organizadores — que, em Julho de 1993, tinham participado nas V Jornadas de Timor da UP —, Augusto Miclat, Jr., e Renato Constantino, Jr., foram ameaçados de morte, mas não desistiram. Muitos dos convidados foram proibidos de entrar nas Filipinas, como aconteceu a Mme Mitterrand, esposa do Presidente da República Francesa, à Prémio Nobel da Paz, Mairead Maguire, ao Dr. Ramos Horta e a outros dirigentes timorenses, aos editores do *Tapol Bulletin*, Carmel Budiardjo, e Liem Soei Liong, à representante do Reitor da Universidade do Porto, Prof.<sup>a</sup> Susan Castillo (apesar de ter passaporte americano), ao Dr. Azevedo Lopes da Universidade Católica Portuguesa (Porto) e a outros.

Mas todos esses entraves e dificuldades não impediram a conferência de ter lugar. Antes pelo contrário, serviram para lhe dar uma enorme projecção mediática, não apenas nas Filipinas mas também em toda a região e até no mundo. A CNN, a Sky News e outras redes televisivas mundiais dedicaram uma atenção e tempo de antena à Conferência como antes a questão de Timor Leste nunca tinha tido.

O cardeal Sin, de Manila, não calou o seu protesto pelos entraves postos pelo governo filipino à realização desta conferência. Em carta de 30 de Maio dirigida ao bispo Ximenes Belo, diz:

«(...) Eu sei quanto o seu povo tem sofrido ao longo de todos estes anos por causa da ilegal ocupação indonésia de Timor Leste (...)

«Estou muito tristemente desapontado com a decisão do Governo Filipino de deportar a galardoada com o Prémio Nobel da Paz Mairead Maguire e todos os outros que queriam participar numa conferência em Manila sobre Timor Leste. Entristece-me ver os líderes políticos do meu próprio país a ceder às pressões de uma nação estrangeira. A decisão de impedir a conferência é uma decisão louca.»

Coube ao bispo Aloisius Nobuo Soma, do Conselho Japonês Justiça e Paz, fazer a última intervenção da Conferência, manifestando a sua total solidariedade aos timorenses, dizendo:

«O vosso objectivo é um objectivo que todos nós partilhámos com todo o nosso coração.»

Tendo entretanto sido criada a Asia Pacific Coalition for East Timor (APCET), o seu Presidente, Renato Constantino, Jr., podia dizer, com satisfação: — *«Ganbá-mos esta batalha, é tempo de ganbarmos a guerra.»*

De 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1994 foi a vez da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da UP, através do seu Coordenador, organizar, em conjunto com o Dr. Pedro Pinto Leite, da Plataforma Internacional de Juristas por Timor Leste, o Dr. Peter Frank, do Centro de Informação do Sudeste Asiático de Bochum, e o Dr. Rudiger Sereika, da Academia Evangélica de Iserlohn, organizarem uma conferência internacional na Alemanha.

A visita do presidente Suharto, como Convidado de Honra da Feira de Hanôver, estava programada para Abril de 1995 e era necessário acordar e reforçar a solidariedade alemã. Esse era um dos principais objectivos da conferência de Nerlohn, em que participaram numerosos timorenses e indonésios cujos testemunhos deram nova alma à solidariedade alemã.

Chegada a hora da visita do general Suharto, esta estava atenta e não deu tréguas ao responsável por tantas mortes, torturas e violações em Timor e na Indonésia.

As tomadas de posição dos artistas que, de acordo com o programado, deveriam cantar para o ditador se este não desistisse de ir à ópera ouvir o seu protesto, o cancelamento da visita a uma cidade histórica alemã, por a vereação ter considerado Suharto «persona non grata» e as manifestações de rua — onde o presidente da Indonésia julgou haver o dedo de democratas do seu país — levaram Suharto a perder a paciência e a compostura e a dizer, enraivecido, em Javanês:

«Temos que tomar medidas contra os traidores nacionais. Eles são malucos, estão loucos, são irracionais.»

O seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, não lhe ficou atrás quando, furioso, fez um gesto indecoroso para os manifestantes que a câmara de um membro da solidariedade alemã captou e divulgou...

Em 1995 o Dr. Michael Salla organizou uma Conferência internacional sobre Timor Leste na Australian National University em Camberra. O tema da conferência, realizada entre 2 e 12 de Julho, era «Peacemaking Initiatives for East Timor». Conforme lhe foi dito quando, a convite da Comissão Organizadora das Jornadas, veio a Portugal, a Universidade do Porto apoiaria essa conferência na condição de serem convidados a participar independentistas timorenses e democratas indonésios, uns e outros residentes nos seus países. Essa condição foi aceite e assistiu-se então a interessantíssimos debates entre timorenses que defendiam a independência e outros que se diziam a favor da integração.

Poucos dias depois, realizou-se em Darwin outra conferência, organizada pela solidariedade australiana, encabeçada por Rob Wesley-Smith, e patrocinada pela Universidade de Porto nas mesmas condições que a anterior. O tema era

«Indonesia and Regional Conflict Resolutions». O número de democratas indonésios que participaram nesta conferência foi relativamente elevado e muitos deles dispuseram-se, depois, a fazer longos périplos pelo continente australiano, em carreiras de autocarros, para contactar comunidades timorenses, participar em sessões públicas e criar uma rede de solidariedade não só com o movimento pró-democracia, na Indonésia, mas também com o Povo de Timor Leste e a sua luta pela auto-determinação.

Uma das participantes indonésias, que também atravessou toda a Austrália, de norte a sul, depois da Conferência, era uma jovem estudante, muçulmana, de biologia. Ficou tão impressionada com o que lhe contaram algumas mulheres timorenses que resolveu, algum tempo mais tarde, ir a Timor Leste e fazer um estudo sobre violações das mulheres timorenses por membros das forças ocupantes indonésias. Mulher de grande coragem, Aida Milasari organizou, depois, duas conferências sobre esse melindroso assunto, uma na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta (onde ela se formou) e outra em Jacarta. Estas conferências, que tiveram grande impacto nos meios estudantis e intelectuais indonésios, foram realizadas com grande risco, quando o general Suharto ainda se encontrava no poder.

Em 1996 a Universidade do Porto, através da sua Comissão Organizadora das Jornadas, que continuava a ser constituída pelo próprio Reitor, Professor Alberto Amaral, pelo Pró-Reitor, Professor Nuno Grande, e pelo autor deste artigo, e em colaboração com três universidades de Sydney, conseguiu realizar uma grande conferência com mais de trezentos participantes nesta cidade australiana, subordinada ao tema «East Timor, its future in the Asia Pacific». Alguns dos participantes indonésios nesta conferência diziam que se tratava da maior reunião do movimento pró-democracia indonésio até então realizada, não pelo número de participantes mas pelo número de organizações indonésias representadas, a maior parte das quais eram clandestinas ou semi-clandestinas. O número de participantes vindo de Timor Leste (sem contar com os timorenses residentes na Austrália) foi também relativamente elevado. E a solidariedade entre indonésios e timorenses, na luta comum pela liberdade e a democracia, e também pela auto-determinação de Timor Leste, ficou mais reforçada.

**15. COM A «OCUPAÇÃO» DA EMBAIXADA AMERICANA,  
EM 12 DE NOVEMBRO DE 1994, A JUVENTUDE TIMORENSE  
LEVOU A QUESTÃO DE TIMOR PARA O CORAÇÃO DE JACARTA  
E CONSEGUIU A INDONEIZAÇÃO DA LUTA**

Em 12 de Novembro de 1994 vinte e nove jovens timorenses saltaram as grades da embaixada americana em Jacarta. Assinalaram assim o 3.º aniversário do massacre de Santa Cruz, e fizeram-no na véspera da chegada do Presidente



Clinton dos EUA à Indonésia, para a conferência da APEC (Asia Pacific Economic Conference).

O impacto nos media internacionais foi enorme. A Conferência, que o governo do general Suharto tinha preparado com tanto cuidado para ser uma operação de charme da Indonésia, ficou ofuscada pelas imagens da CNN e de outros canais internacionais de televisão e pelas notícias das rádios e da imprensa mundiais sobre a ocupação da Embaixada e, a partir desse gesto, sobre a questão timorense.

Em Outubro de 1994 o governo indonésio, desejoso de mostrar que em Timor Leste, depois do infeliz «incidente» de 12 de Novembro de 1991, tudo tinha voltado à normalidade, declarou que todos os jornalistas que fizessem a cobertura da Cimeira da APEC seriam autorizados a visitar Timor-Leste. Mas, na hora da verdade, recuou. Allan Nairn e Amy Goodman, dois jornalistas americanos que tinham testemunhado o massacre de Santa Cruz, foram impedidos de entrar em Timor Leste, depois de serem sujeitos a interrogatórios, durante horas seguidas, em Kupang. De regresso a Jacarta entrevistaram alguns dos vinte e nove «assaltantes» da embaixada americana e organizaram uma conferência de imprensa que acabou por ser proibida. Depois de sucessivos autorizações e recusas de visitar Timor Leste, acabaram por conseguir escapar à vigilância dos serviços secretos e entrar no território, onde permaneceram vários dias.

Enquanto decorria a Conferência da APEC em Jacarta e estes dois jornalistas americanos jogavam ao cão e ao gato com as autoridades indonésias, muitos outros jornalistas internacionais entraram em Timor.

Durante dias a fio todos os noticiários da CNN mostravam manifestações de protesto em Díli ou descreviam a saga dos jovens ocupantes da embaixada americana.

Aborrecido com esta situação, o brigadeiro-general Syarwan Hamid, porta-voz das Forças Armadas Indonésias, queixava-se, ao *Jakarta Post* de que

«Com as suas técnicas fotográficas eles fazem fotografias que levam a parecer que os manifestantes são muito numerosos. De facto não passam de meia dúzia.»

Quando, em 18 de Novembro de 1994, teve lugar uma manifestação de protesto junto da catedral de Díli, o major Simbolon, porta-voz das forças militares em Timor Leste, acusou a equipa do mais importante canal de televisão japonesa, NHK, de provocar a agitação, alegando que foi esta que deu uma bandeira aos timorenses para lhes tirarem fotografias com ela. Simbolon acusou os jornalistas de *«se envolverem em acções para além das suas funções jornalísticas. Deliberadamente os jornalistas se associam aos protestos»* (*Tapol Bulletin*, n.º 126, Dezembro de 1994.)

Como presidente da Conferência, já que esta se realizava no seu país, o general Suharto viu-se obrigado a presidir a uma conferência de imprensa, no final dos trabalhos da cimeira da APEC.

A fim de evitar situações embaraçosas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros instruiu todas as delegações de jornalistas com as regras a que obedeceria a conferência de imprensa: — O Presidente Suharto responderia apenas a questões respeitantes ao processo da APEC. E só aceitaria sete perguntas. Cada uma das grandes áreas geográficas representadas na APEC teria a possibilidade de colocar uma questão apenas (*International Herald Tribune*, 17.11.1994). Isso significava apenas uma pergunta feita por uma única jornalista de cada uma das seguintes regiões: — Indonésia, América do Norte (EUA e Canadá), América Latina, Europa, China e ASEAN.

Infelizmente, para Suharto, a jornalista Elaine Sciolini, do *New York Times*, escolhida para pôr a questão dos média da América do Norte, perguntou a Suharto «*Como pensa resolver a questão de Timor Leste de uma vez por todas?*»

Visivelmente furioso e embaraçado, Suharto desculpou-se, confuso, com a falta de tempo para tratar do assunto.

Ainda pior, para o ditador, é que esta foi, exactamente, a única questão da Conferência de Imprensa que as televisões mostraram em todo o mundo. A memória de Santa Cruz e o assalto à Embaixada Americana em Jacarta, poucos dias antes, tinham feito com que a imprensa internacional, tão completamente adormecida para o problema de Timor durante mais de quinze anos, acordasse para o drama timorense e dirigisse, agora, os seus focos prioritariamente para esta questão.

Na petição entregue pelos «*assaltantes*» timorenses aos jornalistas em Jacarta é exigida «a libertação do Líder Máximo da Resistência Timorense, Kay Rala Xanana Gusmão e, com ele, de todos os prisioneiros políticos timorenses» e são exigidas, também, uma «*amnistia*» para os «*presos políticos indonésios*»; o reconhecimento do «*direito de organização, de reunião e de expressão aos trabalhadores indonésios*»; a «*libertação dos líderes sindicais indonésios Mochtar Pakpahan e Amosi (...)*», a disposição do presidente indonésio para dialogar com «*os verdadeiros Representantes do Povo de Timor Leste, provenientes de quatro componentes da Resistência: a Igreja de Timor Leste, o CNRM (Conselho Nacional da Resistência Maubere), a UDT e a FRETILIN*».

Este «assalto», com pedido de asilo à Embaixada americana, contou com o apoio da oposição democrática indonésia, e representou um marco fundamental na indoneização da luta.

A solidariedade entre os dois povos, indonésio e timorense, desenvolvida sobretudo a partir do massacre de Santa Cruz, torna-se efectiva e dá os seus primeiros frutos visíveis. Depois da internacionalização, conseguida pelo sangue de mais de quinhentos timorenses assassinados quer em S.ta Cruz, em 12 de Novembro de 1991, quer no hospital e noutros locais, nos dias seguintes, segue-se, três anos depois, a fase da indoneização da luta.

## **16. EM 1995 TIMOR LESTE TORNOU-SE UMA QUESTÃO CENTRAL NA POLÍTICA INDONÉSIA**

Até 1991 a imprensa indonésia quase não falava de Timor. E quando o fazia, era para apresentar a versão oficial e enaltecer o desenvolvimento realizado pela Indonésia com a colaboração das suas forças armadas.

O massacre de Santa Cruz surpreendeu e chocou muitos indonésios, que começaram a interrogar-se sobre o que se passava, realmente, em Timor Leste.

A criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM), por Suharto, para diminuir o tom das críticas a seguir ao massacre de Santa Cruz, e a progressiva independência que esta foi conquistando, face ao poder, fez surgir, na sociedade indonésia, uma voz autorizada e semi-oficiosa dissonante da do governo sobre algumas violações dos direitos humanos.

A Missão Paz, em 1992, levou os principais periódicos indonésios a chamar às primeiras páginas, novamente, Timor Leste e o massacre de Santa Cruz.

A publicação, em língua indonésia, de um dos livros do Coordenador das Jornadas de Timor e de outro do Dr. George Aditjondro, em 1992, ajudou alguns milhares de cidadãos indonésios a tomar uma mais clara consciência do problema e das dimensões da tragédia timorense.

O julgamento de Xanana Gusmão, em 1993, a publicação do *Suara Rakyat Maubere* e de outros periódicos e a «ocupação» dos terrenos da Embaixada dos EUA em Jacarta por jovens timorenses, fizeram com que a questão de Timor-Leste se tornasse conhecida e progressivamente mais importante para a opinião pública indonésia.

As emissões da BBC, da Radio Netherlands e da Radio Austrália ajudaram alguns indonésios mais atentos a informar-se permanentemente da situação e a tomar contacto com as críticas que internacionalmente eram dirigidas à Indonésia.

Em 1994 pelo menos catorze manifestações de timorenses foram registadas e noticiadas pela imprensa indonésia.

Xanana Gusmão, apesar de estar preso, conseguiu ser notícia com frequência, tornando-se o seu nome e o seu humanismo familiares para milhões de indonésios. Para a juventude tornou-se, ele próprio, uma fonte de inspiração e de esperança, e um catalisador de solidariedades.

Em 12 de Janeiro de 1995 foram assassinados seis aldeões em Liquiçá. Embora o seu número fosse quase cem vezes menor do que o número de vítimas dos massacres de Novembro de 1991, em Santa Cruz, no Hospital e noutros locais dos arredores de Díli, deu origem a numerosas notícias na imprensa indonésia durante semanas a fio. E isto apesar de, em Junho de 1994, Suharto ter proibido a publicação dos três principais periódicos indonésios — *Tempo*, *Editor* e *De Tik*.

As investigações feitas pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos levaram-na a discordar da versão inicial do governo relativa a estes seis assassinatos.

As duas visitas a Timor da Comissão Nacional dos Direitos Humanos deu origem a interessantes declarações. O Professor Muladi, jurista e director da Universidade Estadual Diponegoro, de Semarang (a segunda cidade indonésia em população), Java Central, afirmava:

«Embora (Timor Leste) faça parte da Indonésia há perto de vinte anos, as condições ainda não mudaram. Com certeza que há algo de errado nisto. E precisamos de saber o que é que está errado.» (Jornal *Kompas*, de Jacarta, de 27/02/1995, citado pelo *Tapol Bulletin*, n.º 128, de Abril de 1995.)

Outro membro da Comissão, Mazurki Darusman, declarou que, nas suas visitas, constatou que um número crescente de timorenses estavam desiludidos com a «integração» e que era necessário rever a política indonésia relativamente a Timor.

Nurcholis Madjid, um prestigiadíssimo intelectual muçulmano, queixava-se de o governo não fornecer à Comissão informações que eram conhecidas até no estrangeiro e que a Comissão recebia de outros países.

No final desta longa polémica, que durou meses, oficiais de alta patente e o próprio porta-voz da Presidência indonésia tiveram que admitir que tinha havido, por parte dos militares envolvidos nestas mortes, uma «*violação das normas de procedimento*».

A convicção generalizada que ficou, nos leitores dos jornais indonésios, foi a de que os seis timorenses assassinados por militares indonésios em Liquiçá, em 12 de Janeiro de 1995, não passavam de inocentes aldeões.

O editor do *Tapol Bulletin* (n.º 128, Abril de 1995) tira deste processo a seguinte conclusão:

«O barulho a que deu origem a tragédia de Liquiçá reflecte as mudanças políticas que se deram na sociedade (indonésia). A estrutura altamente corporativista da estrutura política está a desintegrar-se gradualmente. A sociedade, em particular a classe média exige, agora, maior abertura e acredita que a existência de vozes diferentes e até pontos de vista contraditórios deixou de ser tabu. Timor Leste, agora colocado no centro da agenda internacional e nacional, está a acelerar o processo do pluralismo. Há boas razões para pensar que a questão de Timor Leste pode acelerar o processo de mudança em Jacarta e tornar-se um importante factor para o processo de democratização e de promoção dos direitos humanos.»

## **17. A ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO NOBEL DA PAZ DE 1996 A RAMOS HORTA E AO BISPO XIMENES BELO, FOI UMA IMPORTANTÍSSIMA VITÓRIA DA DIPLOMACIA TIMORENSE E ABRIU MUITAS PORTAS ANTES COMPLETAMENTE VEDADAS À RESISTÊNCIA**

O Dr. Ramos Horta, que quando começou a representar o Povo e a Resistência Timorense nas Nações Unidas, integrado na Missão de Moçambique ou do Vanuatu, tinha apenas vinte e cinco anos, desenvolveu, quase sozinho, uma luta

diplomática titânica, conquistando, um a um, preciosos amigos e aliados. Aos poucos foi conhecendo alguns laureados com o Prémio Nobel de Paz e outras personalidades com influência na sua atribuição e desenvolveu uma campanha para que um timorense — o bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo — recebesse o Prémio Nobel da Paz de 1995. Os seus esforços não foram coroados de êxito, nesse ano. Mas, quando alguns desanimavam dessa possibilidade, Ramos Horta foi surpreendido, em 1996, não apenas com a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Ximenes Belo, pelo qual tanto tinha lutado, mas também, por mérito próprio, a ele mesmo.

Segundo *The Economist* de 14 de Dezembro de 1996, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas reagiu furiosamente dizendo que o seu governo ficou «*assombrado e completamente perplexo*» pela atribuição do Prémio Nobel a Ramos Horta. Afirmou mesmo que o Comité Nobel tinha tomado uma decisão sem tino que dificultaria o encontro de uma solução internacional aceitável.

Enquanto o ministro Alatas se queixava da atribuição do Prémio Nobel ao Dr. Ramos Horta, o porta-voz das Forças Armadas convocou todos os editores dos principais jornais indonésios para os instruir no sentido de desacreditarem o bispo Belo.

A oportunidade para isso surgiu com uma entrevista dada pelo bispo de Díli ao jornal alemão *Der Spiegel*, na qual este era citado como tendo dito que o exército indonésio tratava os timorenses como «*cães com sarna*» e como «*escravos*».

Quando regressou a Díli, depois de, em 10 de Dezembro de 1996, ter recebido, em Oslo, o Prémio Nobel da Paz, no meio de apoteótica recepção o bispo foi alvo de mais uma tentativa de assassinato. Valeu-lhe a protecção de jovens timorenses.

A repercussão internacional desta decisão do Comité Nobel foi enorme. Muitas portas, de chefes de Estado e de governantes, de líderes religiosos e outras personalidades, que antes se fechavam completamente aos representantes da Resistência Timorense, abriram-se pela primeira vez.

A tentativa, sucessivas vezes frustrada, de organizar conferências internacionais em universidades dos Estados Unidos e do Canadá, tornou-se possível.

Com o Dr. Ramos Horta no programa, foi possível levar a efeito, em finais de Fevereiro e princípios de Março de 1997, conferências em treze universidades americanas, e em duas canadianas. Em todas elas participaram representantes da Resistência Timorense e democratas indonésios. A pedido do Coordenador Geral da iniciativa, em todas as conferências foi dada, à numerosa delegação enviada pelo governo indonésio para contrariar o eventual efeito das conferências, a oportunidade de apresentar os seus pontos de vista, nomeadamente pela sua participação em sessões em que estavam na mesa membros dessa delegação.

Significativamente, na Universidade de British Columbia, em Vancouver, numa das sessões estavam na mesa o Secretário da Embaixada Indonésia em

Londres e um refugiado político indonésio também residente no Reino Unido (Liem Soei Liong); um membro da Comissão Nacional dos Direitos Humanos de Jacarta, criada pelo general Suharto, e o presidente de uma Comissão dos Direitos Humanos australiana (o bispo auxiliar de Melbourne, Hilton Deakin), um professor da Universidade da Califórnia (Geoffrey Robinson) e o autor deste artigo, da Universidade do Porto.

Apesar do espírito democrático e de grande tolerância e abertura com que foi tratada a delegação indonésia, os participantes timorenses residentes no território, Reverendo Arlindo Marçal, Chefe da Igreja Protestante de Timor Leste, e o Dr. Armindo Maia, Vice-Reitor da Universidade de Díli, receberam ameaças que os obrigaram a regressar a Timor Leste sem completar o périplo.

Antes disso, porém, puderam testemunhar, tal como o Dr. Ramos Horta e o Dr. George Aditjondro da universidade indonésia de Salatiga, perante o «Caucus» de Direitos Humanos do Congresso Americano. Foi em 25 de Fevereiro de 1997 que teve lugar essa que foi a primeira audição dedicada a Timor Leste por esta comissão de Direitos Humanos do Congresso Americano. Pelo seu lado, o Parlamento do Estado de Massachusetts também organizou uma audição com a delegação timorense e internacional, tendo, na sequência disso, proposto o corte de relações com as empresas que fizessem negócios com a Indonésia.

Apesar dos tempos já começarem a ser outros, a Universidade de S. Francisco, uma prestigiada universidade católica na costa oeste dos EUA, perdeu, de um dia para o outro, meio milhão de dólares, subvenção de um *lobby* indonésio cortada para manifestar dessa forma o seu desagrado pela realização da conferência sobre Timor nesta universidade.

As conferências realizadas em Vancouver, e que tinham começado a ser preparadas (tal como as dos EUA) com mais de um ano de antecedência, tiveram, entre outros, o objectivo de consolidar e dar força à solidariedade canadiana antes da Conferência da APEC onde o presidente da Indonésia se deslocou meses depois e onde foi, tal como na Alemanha, alvo de significativas manifestações de protesto.

**18. A VISITA DO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL, NELSON MANDELA, A XANANA GUSMÃO, EM JULHO DE 1997, MOSTROU AOS GOVERNANTES INDONÉSIOS E A TODO O MUNDO O ESTATUTO DE CHEFE DE ESTADO QUE ESTE MERECEIA, E, CONCOMITANTEMENTE, A NECESSIDADE DE LIBERTAR NÃO SÓ XANANA GUSMÃO MAS TAMBÉM TIMOR LESTE**

Quando, em Julho de 1997, o Presidente Nelson Mandela visitou Jacarta, manifestou ao presidente indonésio o desejo de se encontrar com Xanana Gusmão. Foi um pedido corajoso, fora do comum e muito embaraçoso para o general Suharto. Mas o facto de o seu visitante ser o mais prestigiado Chefe de Estado de todo o mundo, não lhe deixava grande espaço de manobra.

Para evitar os inconvenientes de uma visita do Chefe de Estado Sul-Africano à prisão de Cipinang, o general Suharto decidiu abrir as portas do complexo da Presidência da República ao prisioneiro timorense, para este jantar com o presidente Nelson Mandela, em 15 de Julho de 1997.

Durante as conversações que teve com o Presidente da Indonésia, Nelson Mandela pediu a libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos timorenses.

A partir dessa altura Xanana Gusmão passou a ser visitado por quase todas as figuras da política internacional que passavam por Jacarta, nomeadamente embaixadores e governantes. Algumas personalidades indonésias, entre as quais o actual Presidente Abdurrahman Wahid, também visitaram o líder da Resistência Timorense na cadeia.

#### **19. APESAR DAS HESITAÇÕES DO PRESIDENTE HABIBIE, A QUEDA DA DITADURA DE SUHARTO, EM 21 DE MAIO DE 1998, ABRIU, FINALMENTE, AS PORTAS À AUTODETERMINAÇÃO DE TIMOR LESTE**

Em Junho e Julho de 1996 a imprensa dos meios financeiros internacionais, a começar por um editorial, de 6 de Junho, do *The Wall Street Journal*, de Nova Iorque, e a acabar no *Business Week*, de 22 de Julho de 1996, passando pelo *The Economist*, de Londres, de 29 de Junho de 1996, pelo *Aera* de Tóquio, de 4 de Julho de 1996, pela *Far Eastern Economic Review*, de 18 de Julho e até pelo *New York Times*, de 20 de Julho de 1996, aconselhava, insistentemente, o presidente Suharto a não se candidatar a novo mandato e a abrir as portas à democracia.

Apesar desses e de muitos outros apelos no mesmo sentido, o general Suharto decidiu candidatar-se às eleições presidenciais de 1997. E, para evitar que Megawatti Sukarnoputri pudesse ensombrar essa eleição, não hesitou em removê-la da liderança do PDI (Partido Democrático Indonésio) e em enviar forças armadas e milícias contra os adeptos de Megawati e forçá-los, com grande violência, a abandonar a sede do seu partido. O brutal assalto à sede do PDI, em 27 de Julho de 1996, significou a morte de todas as esperanças de, um dia, Suharto poder abrir as portas à democratização. A sua decisão de continuar como presidente, custasse o que custasse, estava tomada. E conseguiu, em 10 de Março de 1998, ser eleito, mais uma vez por unanimidade, pela MPR (Assembleia Consultiva Popular).

Entretanto, a crise económica abateu-se sobre o sudeste asiático, com especial incidência na Indonésia, a partir de Setembro de 1997, em parte como consequência da corrupção e do clientelismo desenvolvidos à sombra do governo de Suharto.



O movimento pró-democracia cresceu, e os estudantes de algumas das principais universidades indonésias, nomeadamente de Jacarta e de Jogjakarta, vieram para a rua exigir o fim do regime ditatorial.

Em 21 de Maio de 1998, Suharto perdera já o controlo da situação. As suas tentativas apressadas e pouco credíveis de fazer reformas que dias antes negara com arrogância, não encontraram receptividade, nem mesmo na maior parte dos seus colaboradores. E, por isso, abdicou a favor do seu vice-presidente, o Eng.º J. B. Habibie.

Este começou por hesitar face à questão de Timor. A pressão dos sectores militares ainda dominantes, e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde Ali Alatas continuava a ser o ministro e chefe, obstruíam qualquer mudança de rumo. Mas, no plano internacional, a questão de Timor tornara-se insustentável. Até a Austrália, o mais próximo aliado da Indonésia, que em 1974 apoiara a anexação, acabou por aconselhar a desistência dessa anexação.

Tendo isso em conta, e aparentemente sem ouvir o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas, o presidente Habibie decidiu, em 27 de Janeiro de 1999, admitir a hipótese de uma consulta aos timorenses sobre a continuação, ou não, como parte da Indonésia, com estatuto de autonomia especial. Esta proposta terá sido feita a Habibie pela sua conselheira, Dewi Fortuna Anwar.

O anúncio desta disposição foi feito pelo Ministro da Informação e não pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Ali Alatas acabaria por ter que admitir, publicamente, também, essa possibilidade. Mas fê-lo muito contrariado, e tentou levantar dificuldades, nas negociações feitas com Portugal, no quadro das Nações Unidas, na sequência do anúncio dessa nova postura indonésia.

Quer antes quer depois do histórico acordo assinado em Nova Iorque, em 5 de Maio de 1999, a oposição de importantes sectores dos serviços secretos e do exército, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da elite política dos tempos de Suharto, foi enorme. Só a conjugação de pressões internacionais, da tenacidade e da habilidade diplomática de Portugal, e do realismo, contenção e sentido de oportunidade da Resistência Timorense é que permitiram que, em 30 de Agosto de 1999 tivesse, finalmente, lugar um autêntico referendo de autodeterminação do Povo Timorense.

A solidariedade indonésia desempenhou, mais uma vez, um papel de relevo, contrariando as pressões dos sectores mais reaccionários e opostos à libertação de Timor Leste.

Muitos cidadãos indonésios participaram, como observadores, na consulta popular. E muitos deles procuraram fazer chegar à opinião pública indonésia os testemunhos, o sentir e a vontade da grande maioria dos timorenses.

Quando, depois do referendo, os sectores dos serviços secretos e do exército que se sentiram derrotados, empreenderam, em conjunto com milícias timorenses, o saque e a destruição das casas e outras infra-estruturas, e a deportação forçada de mais de duzentos mil timorenses, as vozes esclarecidas de alguns



membros da solidariedade indonésia elevaram-se contra o barbarismo dessa política de destruição e vingança.

Não será, talvez, por acaso, que o comandante militar de Timor Leste que, finalmente, admitiu publicamente que as forças armadas indonésias não eram capazes de assegurar a paz e a segurança em Timor, foi um general que, meses antes, tivera longas conversas com Ramos Horta, numa conferência internacional realizada em Londres com o objectivo de pôr em contacto líderes timorenses e personalidades indonésias influentes.

Essa e outras reuniões do mesmo género, organizadas por sugestão da Resistência Timorense e com a participação do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, de Lisboa, e outros institutos similares, foram possíveis graças à rede de solidariedades entretanto tecida entre timorenses, portugueses e indonésios.

Ao admitir, como o fez o general Kiki Syahnakri, que não estava em condições de garantir a segurança no território, o comandante militar de Timor recém-nomeado, abriu as portas à aprovação, em 15 de Setembro de 1999, da Resolução n.º 1164 do Conselho de Segurança da ONU que autorizou «*o estabelecimento de uma força multinacional sob uma estrutura de comando unificado, no seguimento do pedido do Governo Indonésio transmitido ao Secretário Geral a 12 de Setembro de 1999, com as seguintes funções: restaurar a paz e a segurança em Timor Leste; (...)*».

Houve manifestações, quer em Jacarta quer noutras cidades, contra este «pedido» do governo indonésio e contra a «invasão australiana» a que este abriu as portas, ao aceitar a entrada em Timor de uma força militar internacional sob comando australiano. Mas a solidariedade indonésia, com o trabalho de esclarecimento que foi fazendo, contribuiu para que estas manifestações não atingissem proporções incontrolláveis.

Nesse mês de Setembro de 1999 toda a solidariedade internacional — nomeadamente a portuguesa — foi crucial para convencer um hesitante presidente Clinton, dos EUA, a decidir-se a apoiar a criação da força multinacional.

A exemplar contenção das FALINTIL, que se recusaram a entrar na luta fratricida contra milicianos timorenses, como tantas vezes o tentaram provocar os ocupantes indonésios, e o inexcusável civismo dos timorenses no dia do referendo, foram o factor determinante. Com esse civismo e essa difícil contenção e disciplina, os timorenses alcançaram, finalmente, a autodeterminação pela qual tanto lutaram.

A solidariedade internacional e, em particular, a solidariedade indonésia, teve um papel muito importante. E se a maior parte dos membros activos da solidariedade internacional puderam fazê-la na tranquilidade e no conforto da segurança em que viviam, muitos indonésios pagaram com perseguições e, por vezes, com a prisão e torturas, a sua coragem de serem solidários com o Povo Timorense.

Lembrando a história corajosa da difícil solidariedade indonésia, foi com emoção que visitei, em Maio de 2000, as instalações, em Jacarta, do Solidamor. Criado por participantes nas Jornadas de Timor da Universidade do Porto e outros defensores dos direitos humanos, esta estrutura da solidariedade indonésia com Timor desempenhou um papel relevante em condições muito difíceis.

Dava gosto ver que, finalmente, podiam trabalhar livremente, à luz do dia. Alguns dos seus membros continuavam a usar o pseudónimo que tiveram de inventar para participar nas Jornadas de Timor e noutras iniciativas da Universidade do Porto, quer em Portugal quer noutros países e noutros continentes.

Mas quando, em Junho de 2000, voltei a Jacarta, a sede do Solidamor tinha sido atacada por milícias timorenses e agentes das forças indonésias. Quatro dos seus membros tinham sido espancados, incluindo o seu presidente, o sociólogo Coki Naipospos, que participou em iniciativas em vários continentes a defender a democratização da Indonésia e a auto-determinação de Timor Leste. Alguns dias depois a corajosa Yenni Damayanti ficou muito gravemente ferida num acidente de causas pouco claras... A luta interna continua, na Indonésia, entre os defensores da mudança democratizante, em que se insere a autodeterminação de Timor Leste, e os seus oponentes. E alguns democratas indonésios continuam a pagar caro o preço da sua tão importante e profunda solidariedade com o Povo Timorense.

Lisboa, 20 de Novembro de 2000

## BIBLIOGRAFIA

- ADITJONDRO, George J., 1994: «In the shadow of Mount Ramelau. The impact of occupation of East Timor», ISBN:90-70494-027, INDOC, Amesterdão.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António, 1983: «Timor-Leste. Mensagem aos vivos», LIMIAR, Porto.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António, 1992: «Timor Leste. Ocupação Indonésia e genocídio», ISBN:972-8025-00-9, Reitoria da Universidade do Porto.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António, 1992: «Timor Leste: Terra de Esperança», ISBN:972-8025-03-3, Reitoria da Universidade do Porto.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António, 1997: «Timor Leste e as Jornadas da Universidade do Porto», ISBN:972-8025-11-4, Reitoria da Universidade do Porto.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António, 1999: «Timor Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia», ISBN:972-662-708-7, GRADIVA, Lisboa.
- DEFERT, Gabriel, 1992: «Timor Est. Le génocide oublié. Droit d'un peuple et raisons d' Etats», ISBN:2-7384-1475-3, L'Harmattan, Paris.

- DUNN, James, 1993: «Timor. A people betrayed», ISBN:0-7333-0537-7, ABC, Sydney.
- FORRESTER, Geoff, 1999: «Post-Soeharto Indonesia. Renewal or Chaos?», ISBN:981-230-046-5, ISEAS, Singapura.
- GUNN, Geoffrey C., 1999: «Timor Loro Sa'e 500 anos», ISBN 972 9418-80-2, Livros do Oriente, Macau.
- GUSMÃO, Xanana, 1994: «Timor Leste. Um povo. Uma pátria», ISBN:972-8047-85-1, Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa.
- LEMONS PIRES, Mário, 1991: «Descolonização de Timor. Missão impossível?», ISBN:972-42-0350-6, Círculo de Leitores, Lisboa.
- MANN, Richard, 1999: «Fight for Democracy in Indonesia», ISBN:0-921333-84-6, Gateway Books, Jakarta.
- RAMOS-HORTA, José, 1994: «Timor Leste. Amanhã em Díli», ISBN:972-20-1120-0, Dom Quixote, Lisboa.
- RICKLEFS, M. C., 1993: «A History of Modern Indonesia since c.1300», ISBN:0-333-57689-X, THE MACMILLAN PRESS, Londres, 2.<sup>a</sup> Edição.
- TAYLOR, John G., 1999: «East Timor. The price of freedom», ISBN:1-85649-841-7, Zed Books, Londres.